

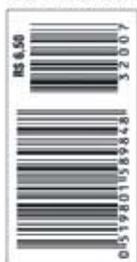
Mátria

A emancipação da mulher

LEI MARIA DA PENHA

Mulheres à sombra
da violência
recuperam a
dignidade

ISSN 1980-8984



Ano 5
Vol. 1 N° 5
Edição 2007

PRESIDIÁRIAS

O drama e a dor de
mulheres que perderam
a liberdade

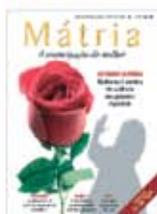
BURNOUT

A síndrome da
exaustão já afeta
30% dos educadores

CAMPO

Elas agora
são as donas
da terra

FUNDEB
Aprovada a Emenda Constitucional que traz
benefícios à Educação Básica



EDITORIAL

1  Que país é esse?

Diretoria Executiva da CNTE

ARTIGOS

11  Violência doméstica é uma questão de poder e de gênero

Por: Odisséia Pinto de Carvalho

21  Os filhos da mãe

Por: Juçara Dutra Vieira

35  Em 2007 os movimentos sociais têm novos desafios

Por: Conceição Dantas

45  Telenovela, mulheres e a prática educativa

Por: Lúcia Rincón

ESPECIAL

23  A origem do medo

Por: Valéria Monteiro

Projeto gráfico, redação e edição:

Fundamento Comunicação e Marketing

fundamento@fundamento.inf.br

SHC/AOS Lt. 05 - Torre A - Sala 331 - Terraço Shopping

Fone: (61) 3361-8104 CEP: 70.660-000 - Brasília-DF

Jornalista Responsável: Beto Cordeiro - Mtb: 17.070

Editores: Beto Cordeiro e José Natal.

Reportagem: Ana Paula Domingues, Juliana Faria, Kátia Maia, Marcionista Teixeira e Valéria Monteiro.

Fotografia: Evandro França, Alexandre Böer, Bárbara Wagner, Elio Pio, Gil Rodrigues, Katia Maia, Maurício Morais, Rogério Machado, Domingos Tadeu e Welber Sousa.

Editoração Eletrônica: Noel Fernández Martínez.

Colaboradores: Cláudia Oliveira e Marcelo Molino.

Revisão: Maria Neves.

Direção Executiva: Ana Paula Messeder.

Esta edição foi fechada em Brasília no dia 1º de fevereiro de 2007, às 11h30

Confira também a versão eletrônica no site:

www.cnte.org.br/matria

A CNTE autoriza a reprodução do conteúdo desta revista com a devida citação da fonte.

REPORTAGENS

VIOLÊNCIA 2  Lei Maria da Penha

PRESIDIÁRIAS 6  Jovem, bonita, classe média... e presa

CONGRESSO 10  Conferência da mulher

TRABALHO EM DOBRO 12  Presentes em tempo integral

POLÊMICA 14  Igualdade na mente e na cor

SAÚDE 16  Síndrome da exaustão

MERCADO DE TRABALHO 18  Ocupação de território

SOLIDARIEDADE 20  Pastoral da Criança

LIDERANÇAS 22  Todas as mulheres do mundo

INCLUSÃO 27  Fundeb, enfim, na Constituição

ELEIÇÕES 30  Mulheres no poder

MATERNIDADE 32  Rede de proteção

SUCESSO 34  Fernanda Keller: ela tem a força

IGUALDADE 36  Quem é quem na sala de aula

EQÜIDADE DE GÊNEROS 38  Uma mulher no comando da CUT. Será possível?

CAPACITAÇÃO 40  Educando educadores

CAMPO 42  Terra de mulheres

COTIDIANO 44  Educadora de forno e fogão

PERFIL 46  Nisia Floresta

Que país é esse?

Onde as mulheres são forçadas a ser mãe, pai, chefe e arrimo da família, se obrigando a uma jornada dupla, e por vezes tripla, de trabalho para garantir uma vida mais digna e um futuro melhor para seus filhos.

Que sociedade é essa?

Que ainda teima em ser patriarcal, apesar de todas as evidências em contrário, infligindo às mulheres toda sorte de violência, humilhação, descaso, desonra e desmando.

Essa é a pátria, que freqüenta as manchetes e as páginas policiais do dia-a-dia. Porque, a mãe, essa mãe gentil, oferece a todos – independente de raça, credo ou gênero – oportunidades iguais de vencer e ser feliz.

E é essa realidade que as páginas da nossa Mãtria trazem a você. São histórias de vida, de mulheres que estão vencendo o preconceito no mercado de trabalho e ombreando com os homens na conquista dos cargos de chefia.

De mulheres que invadiram o “Clube do Bolinha” para mostrar que também são boas de braço nas ocupações até então restritas ao universo machista. Mais ainda, de mulheres que viraram a mesa e deram um basta nas agressões e nos maus-tratos amparadas em lei criada, especificamente, para defendê-las.

Mãtria mostra ainda a força da fé de mulheres que fazem da solidariedade uma ferramenta de inclusão social para crianças carentes e suas mães; revela a intimidade de atletas consagradas internacionalmente e que, internamente, dão o próprio suor pelas causas sociais, sem esperar medalhas ou reconhecimento.

Nesta edição será mostrada, também, a dura realidade de educadoras e educadores que, de uma hora para outra, perdem a saúde, o foco e o interesse de ensinar, numa síndrome conhecida como *burnout*. E a triste realidade de mulheres jovens e bonitas que o desespero, os maus caminhos e as drogas colocaram atrás das grades.

Mas as grandes vitórias femininas também são comemoradas. Vitórias em todos os campos, do campo e da cidade, na educação de base ao ensino médio, nas cotas das universidades, nas urnas de todo o País, na saúde, na doença, na riqueza e na pobreza. E principalmente na reconquista da dignidade de ser, acima de tudo, mulher.

Um orgulho que já atravessa dois séculos de lutas e conquistas, e que começou com uma menina, nascida num município perdido no meio do nordeste e que ganhou o mundo com sua obra e seus ideais, mas sobretudo com um imenso amor pelo Brasil. Porque nosso país é este.

Boa leitura!

Direção Executiva da CNTE

Lei Maria da Penha

Mulheres armadas contra a violência



Alguém que nunca sofreu uma agressão seria capaz de imaginar a dor, ou de pesar os sentimentos de raiva, impotência e humilhação que abatem uma mulher vítima de violência? Sentimentos esses potencializados diante do preconceito de parte da sociedade, que ainda prefere não meter a colher numa briga entre casais, ou de profissionais despreparados para receber e orientar as vítimas? Provavelmente, não.

O cenário parece desolador, mas desde 22 de setembro de 2006 a mulher que se vê parte dele conta com uma importante arma de defesa: a Lei Federal nº 11.340, nomeada Lei Maria da Penha. Ela tipifica e define a violência doméstica e familiar contra a mulher; cria mecanismos para coibi-la; dispõe sobre a criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; possibilita a prisão em flagrante do agressor e impõe mais rigor à punição. Aborda o tema polêmico com a firmeza que merece, mas que não era aplicada até então.

Pela nova legislação, este tipo de crime deixou de ser considerado de menor poder ofensivo (com penas de até dois anos) e saiu dos domínios dos Juizados Especiais Criminais. Agora, o agressor pode ser preso em flagrante, ou ter prisão preventiva decretada, e já não ca-

bem mais penas pecuniárias, como o pagamento de multa ou doações de cestas básicas. Sua pena pode variar de três meses a três anos de reclusão. Diante de mulheres em situação de violência e com risco de morrer, juízes têm 48 horas para determinar medidas que vão desde a saída do agressor do domicílio e a proibição de sua aproximação física da vítima, ao direito de a mulher reaver seus bens.

A lei mais rígida se fez necessária perante o silêncio das vítimas em face de evidências chocantes concluídas em estudos sobre o tema. Pesquisa da Fundação Perseu Abramo (voltada à formação política e ao debate dentro e fora do Partido dos Trabalhadores) divulgada em 2001 apontava para mais de dois milhões de ocorrências de violência doméstica e familiar por ano, no País. Dentre as formas mais comuns, destacavam-se a agressão física branda sob a forma de tapas e empurrões, sofrida por 20% das mulheres; a violência psíquica, com xingamentos e ofensas morais, sofrida por 8%, e as ameaças, vividas por 15% delas.

Em pouco tempo, a Lei Maria da Penha contribuiu para a mudança de postura das vítimas, que passaram a denunciar agressões com mais frequência. No Rio Grande do Sul, por exemplo, as denúncias aumentaram em quase 50% nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deams),

“AS AGRESSÕES EM NÚMEROS”

Confira os principais resultados da pesquisa de opinião “Percepção e reações da sociedade sobre a violência contra a mulher”, realizada pelo Ibope para o Instituto Patrícia Galvão, em maio de 2006 (antes da aprovação da Lei nº 11.340). Foram realizadas 2.002 entrevistas em 142 municípios, com brasileiros de 16 anos de idade ou mais:

- ▶ O ciúme é o segundo motivo para agressões contra mulheres. Em primeiro lugar, para **83% da população, os homens agredem as mulheres após o consumo de bebidas alcoólicas;**
- ▶ De 2004 a 2006, aumentou o nível de preocupação com a violência doméstica em todas as regiões do País, menos no Norte/Centro-Oeste que já tem o patamar mais alto (**62%**). Na periferia das grandes cidades, esta preocupação passou de **43%**, em 2004, para **56%**, em 2006;
- ▶ **51% relataram** conhecer ao menos uma mulher que foi ou é agredida pelo companheiro;
- ▶ **65% acreditam** que atualmente as mulheres denunciam mais quando são agredidas; ou porque estão mais informadas (**46%**) ou porque são mais independentes (**35%**);
- ▶ **64% dos entrevistados defendem** prisão para os agressores.

nos primeiros 30 dias de vigência. Em Pernambuco, estado líder em casos de morte de mulheres por companheiros – em 2006 foram 291 – em apenas cinco dias foram registrados 13 flagrantes. O Judiciário também mudou, criando até o mês de novembro de 2006, 40 juizados especializados em violência doméstica, só no Distrito Federal, Santa Catarina, Mato Grosso e no Pará. A Central de Atendimento à Mulher em situação de violência, do Gover-

no Federal, que atende pelo número 180, passou a funcionar 24 horas e a contar com 20 pontos de atendimento, além de 60 atendentes ao invés dos antigos oito.

Bárbara Musumeci, mestre em Antropologia Social, doutora em Sociologia pelo IUPERJ e autora do livro *Mulheres Invisíveis: violência conjugal e novas políticas de segurança* alerta em seu trabalho para a urgência do combate à violência doméstica: “É preciso sinalizar para a sociedade

que a violência doméstica é inaceitável, mas não se pode apenas reforçar as providências punitivas. É preciso entender que a cidadania não pode acabar na porta de casa”, ressalta Bárbara, que foi Subsecretária Adjunta de Segurança Pública, presidente do Conselho de Segurança da Mulher e Subsecretária de Segurança da Mulher do Governo do Estado do Rio de Janeiro (atuando especificamente com violência doméstica).

Com um investimento de mais de R\$ 30 milhões, entre 2003 e 2006, o Governo Federal trabalhou forte na ampliação do número de serviços de atendimento à mulher vítima de violência. Promoveu a capacitação dos agentes públicos para acolher essas mulheres e estimulou a mudança dos instrumentos jurídicos e formais. Hoje, há Centros de Referência de atendimento à mulher em 90% das capitais brasileiras e em 25% das cidades com mais de 100 mil habitantes, três vezes mais do que há quatro anos. Uma política que, segundo a Ministra Nilcéia Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, permitiu a ampliação do atendimento às mulheres em situação de violência, de 34.994, em 2002, para 80.424, em 2006.

Uma das grandes dificuldades das mulheres no enfrentamento à violência, segundo a Secretaria é o acesso à Justiça. “Uma de nossas ações foi o fortalecimento e a criação das Defensorias Públicas de Atendimento à Mulher. Já são 12 integrando a rede de atendimento à mulher” destaca.

Ainda há muito a discutir

A Lei Maria da Penha foi aprovada em 7 de agosto do ano passado, pelo presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Seu projeto foi elaborado por um grupo interministerial, a partir de um anteprojeto de organizações não-governamentais como Articulação de Mulheres Brasileiras, Cfemea (Centro Feminino de Estudos e Assessoria), Cladem (Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher), Themis (Assessoria Jurídica e Estudos de Gêneros) e Advocaci (organização não-governamental que tem como objetivo o uso estratégico do Direito como instrumento de intervenção nas políticas públicas para a promoção e a defesa dos direitos humanos).

“Um processo democrático deu início à lei que é punitiva, mas



Presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante sanção da lei que torna mais rígida a punição para violência contra a mulher.

acima de tudo protege a mulher, pois define o que é a violência doméstica e estabelece seus tipos (física, psicológica, sexual, patrimonial

e moral). Além disso, faz com que União, estados e municípios trabalhem na prevenção, no combate e na erradicação dos casos”, cita Gleyde Selma da Hora, coordenadora da Advocaci e integrante da Articulação de Mulheres Brasileiras.

O maior desafio agora é fazer valer a Lei nº 11.340, que para Gleyde está em fase de amadurecimento. “É preciso capacitar e sensibilizar os policiais para o melhor atendimento das vítimas nas delegacias, superar divergências ideológicas junto ao Poder Judiciário e à maior parte da população que ainda encara a violência doméstica como um problema particular do casal. Ainda temos muito o que discutir, e divulgar a lei é fundamental. Inclusive, para que se possa avaliar os seus efeitos”, pondera.



Para Gleyde Selma da Hora é preciso capacitar policiais para oferecer um melhor atendimento às vítimas de violência

Em nome da justiça

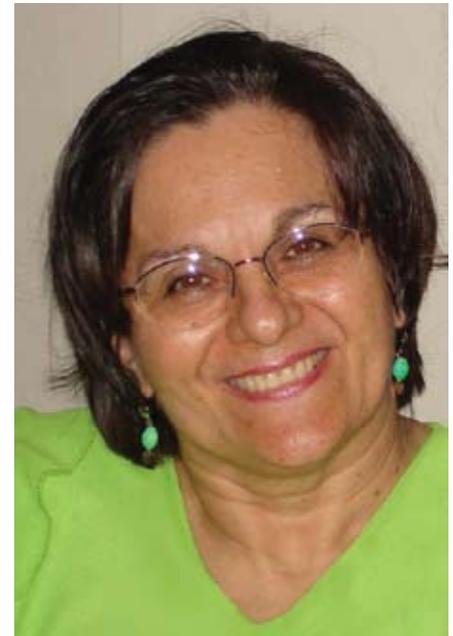
O nome Maria da Penha, que identifica e populariza a Lei de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, tem dono, ou melhor, dona. A cearense Maria da Penha Maia. Em 1983, ela foi ameaçada duas vezes pelo marido, o professor universitário Marco Antônio Herredia, com arma e eletrochoque. Acabou baleada pelas costas. Na ocasião, ela tinha 38 anos e três filhas entre 6 e 2 anos de idade.

As investigações começaram em junho do mesmo ano, mas a denúncia só foi apresentada ao Ministério Público Estadual em setembro de 1984. Num Brasil ainda sem diretrizes específicas, houve demora no julgamento e Maria acionou a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), que em 2001 condenou o Brasil com base na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, de 1994. “Só me senti recompensada com a condenação. Dela surgiram a mudança da legislação e a implementação da disciplina Direitos Humanos, a partir do ensino fundamental. Este foi o saldo positivo do meu sofrimento”, lembra.

Demorou, mas em outubro de 2002, Herredia foi condenado a oito anos de prisão. Cumpriu dois deles em regime fechado e agora se beneficia do semi-aberto. Maria da Penha então tomou mais fôlego e tornou-se símbolo da luta feminina. De vítima passou à militante que mais vibrou com a aprovação da Lei nº 11.340, e

escritora. Hoje, aos 61 anos, ela quer reeditar *Sobrevivi*. Posso contar. “Escrever este livro foi a minha carta de alforria, pois enquanto escrevia me livrava das mágoas. Não penso mais no que passei. Se for preciso lembrar de alguma coisa, recorro ao livro”, brinca, aliviada, depois de tudo o que passou.

Maria da Penha aproveita para resumir a maneira ideal de lidar com os casos de violência. “Atrás de cada olho roxo existe um homem frouxo. Violência contra a mulher é crime. Denuncie 0800-850015. Quando a violência contra a mulher acaba, a vida recomeça.”



Maria da Penha: símbolo da luta feminina

A LEI	
Como era	Hoje
♦ Não existia lei específica sobre a violência doméstica contra a mulher.	♦ Tipifica e define a violência doméstica e familiar contra a mulher.
♦ Não tratava das relações de pessoas do mesmo sexo.	♦ Determina que a violência doméstica contra a mulher independe de orientação sexual.
♦ Aplicava a Lei dos Juizados Especiais Criminais para os casos de violência doméstica. Estes juizados julgam os crimes com pena até dois anos (menor potencial ofensivo).	♦ Retira dos Juizados Especiais Criminais a competência para julgar os crimes de violência doméstica contra a mulher.
♦ Permitia a aplicação de penas pecuniárias como as de cestas básicas e multa.	♦ Proíbe a aplicação dessas penas.
♦ A mulher podia desistir da denúncia na delegacia.	♦ A mulher somente poderá renunciar perante o juiz.
♦ A lei não utilizava a prisão em flagrante do agressor.	♦ Possibilita a prisão em flagrante.
♦ Não previa a prisão preventiva para os crimes de violência doméstica.	♦ Altera o Código de Processo Penal para possibilitar ao juiz a decretação da prisão preventiva quando houver riscos à integridade física.
♦ A mulher vítima de violência doméstica, em geral, ia desacompanhada de advogado ou defensor público nas audiências.	♦ A mulher deverá estar acompanhada de advogado ou defensor em todos os atos processuais.
♦ A pena para o crime de violência doméstica era de 6 meses a 1 ano.	♦ A pena do crime de violência doméstica passará a ser de 3 meses a 3 anos.
♦ A violência doméstica contra mulher portadora de deficiência não aumentava a pena.	♦ Se a violência doméstica for cometida contra mulher portadora de deficiência, a pena será aumentada em 1/3.

Jovem, bonita, classe média... e presa

Penitenciárias do Brasil abrigam quase dez mil detentas. A maioria optou pelo tráfico por influência de amigos, companheiros ou por necessidade de sobrevivência

O Brasil tem quase dez mil presidiárias, segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), do Ministério da Justiça. Em um dos maiores presídios do País, o Talavera Bruce, no complexo de Bangu, no Rio de Janeiro, estão encarceradas 340.

Segundo Marcos Pinheiro da Silva, Diretor do Talavera Bruce, 60% da população carcerária feminina, em média, têm sido condenadas por envolvimento com o tráfico. Muitas guardam o mesmo perfil: jovens, bonitas e de classe média. Mas há as que entram por esse caminho por influência dos companheiros, de amigos ou por necessidade de sobrevivência. Muitas chegam ao ponto de fazer pequenas cirurgias para carregarem drogas dentro do corpo. “Esse quadro existe de uns 15 anos para cá por conta da participação das mulheres em seqüestros. Como houve uma reação muito forte a esse tipo de crime, elas migraram para o tráfico de drogas”.

As causas para tantas mulheres no mundo do crime, porém, foram mudando. Para o diretor, os problemas sociais que o País enfrenta também contribuem para o aumento dos números. “O companheiro, que trabalha para a boca de fumo, acaba preso ou morto. A mulher, em busca de renda, entra para o tráfico, transportando e vendendo droga para criar os filhos. Assim, ganha dinheiro e fica perto da família.”

Mesmo envolvida com o tráfico, dificilmente a mulher ocupa um cargo de chefia. “Nessa hierarquia, já está prevista uma substituição automática por outro homem. Não se vê mulheres liderando o tráfico; elas, geralmente, trabalham como ‘mulas’ (transportam a droga) ou vendedoras”.

Nos últimos anos, o número de mulas quintuplicou. Esse fenômeno tem, pelo menos, três explicações: os traficantes acreditam que as jovens de boa aparência contam com maior condescendência da polícia. Outra é o aumento da máfia nigeriana, que atua em associação com os produtores de cocaína na Colômbia. Seus integrantes se especializaram em recrutar belas brasileiras para levarem cocaína para a Europa e, de lá, voltarem com *ecstasy*. Daí surge o terceiro motivo; com a Lei do Abate, que permite ao governo atacar aviões suspeitos, os traficantes pulverizaram suas remessas tanto na entrada quanto na saída, em vez de usar um pequeno avião, com grande quantidade.

No vai-e-vem da rota do tráfico internacional entre o Brasil e a Europa, muitas vezes, a polícia consegue prender, aqui, mulheres estrangeiras que tentaram desembarcar com a droga. Isso também acontece na ponta européia, de brasileiras serem flagradas no instante da chegada. Já passa de 500 o número de brasileiras em penitenciárias européias acusadas de tráfico. Segundo a polícia, 94% das “mulas” estavam sem atividade regular remunerada antes de serem presas. Os aliciadores

preferem contratar desempregadas, pois, para muitas delas, entre permanecer na rua e arriscar-se a dar uma guinada na própria vida, a segunda opção é a preferida.

Mas, quando são pegas, são obrigadas a enfrentar uma realidade ainda mais dura do que a do desemprego: perda da liberdade, abandono, saudade, discriminação e ócio, problemas comuns nas prisões. “Depois de presas é que percebem que foi um grande engano achar que o crime as libertaria da falta de

dinheiro. Grande maioria das presidiárias é abandonada na cadeia. O marido, geralmente, se está vivo, é preso ou procurado. A mãe da presa já fica com os filhos e não pode dar assistência na prisão porque não tem condições financeiras. Para se ter uma idéia, aqui, de 340 presas, só umas 40 recebem visita”, relata Pinheiro.

Dia de visita na Talavera Bruce é sempre marcado por ansiedade. Às quartas-feiras, sábados e domingos, repete-se uma cena comum a

todos os presídios femininos: mulheres, penteadas e arrumadas da melhor forma possível, aguardam a chegada de suas visitas. Poucas recebem parentes, amigos, maridos ou namorados.

Para vencer a solidão cada uma tem o seu jeito. Segundo Juliana Lemgruber, Diretora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Cesec), essa solidão é motivada pelo preconceito social. “A sociedade não espera que a mulher infrinja as leis. Se isso acontece, ela sofre, mais do que os homens, as dores da prisão. Há um abandono enorme da mulher dentro da penitenciária”, explica.

Outro problema é o ócio. Dentro do Talavera Bruce, há grandes galpões onde funcionam oficinas que empregam as presas, garantindo-lhes um salário de R\$ 250 reais e redução da pena. O Diretor do presídio assegura que isso é um privilégio dentro do contexto prisional brasileiro. “Há uma filosofia voltada para a educação e o trabalho. As presas têm oportunidade de fazer cursos que visam à profissionalização, tem oficinas – sob a gerência da



Marcos Pinheiro da Silva, Diretor do presídio, recebe cartas de ex-detentas contando sobre a vida nova

“A sociedade não espera que a mulher infrinja as leis. Se isso acontece, ela sofre, mais que os homens, as dores da prisão”

Fundação Santa Cabrini –, fábrica de fraldas, costura, padaria, o jornal “Só Isso”, escola até o segundo grau, curso pré-vestibular e a possibilidade de fazer faculdade a distância” Atualmente, 40% das detentas se ocupam com estudo e trabalho.

Na opinião de Marcos Pinheiro, esses interesses e a falta deles deveriam ser levados em consideração na hora de colocar uma pessoa na cadeia. “O ideal seria dar oportunidade para todas, poder separar quem quer estudar e trabalhar de quem não quer. Existem presas que batem no peito e dizem: ‘eu sou criminosa e não saberei fazer outra coisa’.

Dentro do único presídio feminino de regime fechado do Estado há uma creche com quartos arejados e com luz natural, cozinha e banheiros equipados, banheiras para os bebês, fraldário e brinquedos. Há também camas para as mães que estão amamentando.

As internas da Talavera Bruce estão distribuídas em cinco galerias, três pavilhões e dois alojamentos. “Tentamos separar as presas

em grupos homogêneos. Tem ala de idosas, evangélicas, jovens, estrangeiras, grávidas, as que trabalham, as que têm visita íntima com o marido.”

O alojamento das estrangeiras se destaca pela organização e limpeza. Oriundas de Espanha, Cuba, França, Zaire, África do Sul e Alemanha, elas dividem seus “territórios” com cangas de praia e assim mantêm a privacidade. Chamadas de “mulas” por transportar drogas, sofrem com a ausência de amigos e parentes e nem todas recebem apoio dos consulados. Outras contam que suas famílias não sabem que estão presas no Brasil.

Um dos maiores problemas da penitenciária é o vício. Para Marcos Pinheiro, a pessoa presa deveria receber um tratamento para dependentes químicos. “Nós até temos, mas não atende à demanda.” Os relacionamentos também são alvo de conflitos. “Existe muito relacionamento homossexual na cadeia feminina e isso gera muita briga.”

Mesmo enfrentando o abandono, a solidão, o preconceito e a falta de liberdade, algumas mulheres conseguem fazer da cadeia uma escola de vida, um lugar de mudança de valores, opinião e comportamento. Há as que enxergam o lugar como o melhor para se viver quando se deparam com a fome, a falta de casa e de amigos e família. “Cadeia é cadeia, tem que ser ruim. Já tá cheia, imagine se for boa. Mas, tenho várias presas que se negam a ir para a semi-aberta porque não vão ter nada o que fazer lá fora. Já tive caso de presa batendo no portão pedindo para voltar.”

Histórias e dramas do Talavera Bruce

Regina Farias

brasileira, 43 anos, corretora de imóveis, condenada por roubo

“Estou presa há sete anos. Vim parar aqui por causa de um amor. Não estou me livrando da minha culpa. A mesma parcela que ele tem, eu tenho. Errei porque tive ganância. Roubamos clientes meus. Tenho família, fiquei viúva aqui dentro e tenho duas filhas. É horrível viver aqui dentro. Somos jogadas no meio de pessoas que nunca vimos, de hábitos, costumes e linguajar muito diferentes.

Minhas filhas dizem que têm orgulho de mim, mas eu digo para elas nunca se espelhem em mim. Não gosto que elas venham aqui. Minha mãe vem me ver toda semana e traz cartinhas delas.

Não quero nunca que nem minhas filhas e nem a filha de ninguém enxergue esse mundo da cadeia como razoável ou bom. Quero que enxerguem como ruim e não quero que achem bom o lado mais ou menos. A mulher está se expandindo e ocupando espaço em todas as áreas, até na vida do crime.

Trabalho no jornal, faço vela, chocolate, bichinho de pelúcia. Eu me ocupo ao máximo, porque, assim, não páro para pensar tanto nessa situação. No final do ano vou para a semi-aberta. Vou trabalhar, ter salário e ficar com as minhas filhas. Tenho uma vida pronta lá fora”.



Lila Mirtha Ibanez Lopez

dentista, boliviana, 50 anos, presa há sete anos e meio por lavagem de dinheiro e falsificação de documentos

“Tenho dois filhos, um de 10 e outro de 29, que estão na Bolívia com a minha mãe. Prefiro que fiquem lá, perto da família, porque aqui é um lugar estranho. Graças a Deus, estou à frente de um trabalho, que é o jornal *Só Isso*, que está em circulação há três anos. Isso distrai muito a minha mente e faz diminuir um pouco a saudade da minha família. Se não ocupamos a mente com o trabalho, fica muito difícil controlar a saudade. Estudar, trabalhar e se arrumar são maneiras de mostrar que mesmo estando presa não está tudo perdido, que sempre se tem uma segunda chance de renovar nossas esperanças. O jornal é todo feito por cartas. Aqui dentro, a solidão é muito grande. As pessoas tentam compensar de alguma forma. Então, uma carta é muito significativa para cada uma. É praticamente uma visita.

As meninas chegam cada vez mais novas aqui. Não sabem nada da vida e já estão presas. Muitas mulheres entram no crime por envolvimento sentimental, acompanhando o marido. É a falta de recurso que obriga a pessoa a parar nesse lugar.

A prisão deveria ser para colocar o criminoso dentro e devolver para a sociedade ressocializado, com trabalho e educação. Isso é uma utopia e não acontece”.



Natália do Nascimento

20 anos, brasileira, condenada a quatro anos por tráfico de drogas

“Fiquei traficando uns dois anos. Ninguém me levou, não culpo ninguém pela minha prisão. Estou presa há dois anos e seis meses. Eu era muito nova, inexperiente, e ainda sou, minha mãe não ligava muito para mim. Achei uma maneira fácil e rápida de ganhar dinheiro. Nunca usei drogas, nunca me envolvi com traficantes, nunca namorei ninguém da boca. Eu fazia os contatos, as ligações para vender. Quando era pouca quantidade, eu mesma entregava.

Cada vez eu ia me acostumando mais. Fui pega em Copacabana com um estrangeiro que estava sendo investigado. Tinha ido traficar com ele.

É muito ruim estar presa, mas para mim foi muito bom porque eu tinha uma visão totalmente equivocada da vida. A vida era muito menor do que eu vejo hoje. Aprendi muita coisa, meus valores são outros. Tenho outra visão de tudo, a vida não é só dinheiro. Agora, penso em estudar.

Terminei meus estudos aqui, fiz pré-vestibular, me formei em multiplicadora de informática, trabalhei como digitadora do jornal.

Minha condicional venceu dia 11 de dezembro e estou esperando para sair a qualquer momento. Não quero mais me envolver. Não tenho mais contato com ninguém daquela época, alguns até já morreram.”



Jane Selma Soares

empresária, brasileira, 39 anos, presa há quatro anos por latrocínio

“Minha vida no crime durou exatamente oito meses. Estou presa há quatro anos e tenho uma pena de 115. Fui indiciada em oito processos. A imprensa me rotulou porque sou de uma família de banqueiro de bicho. É ilegal? É, mas o que não é ilegal nesse país? A Câmara está lotada, o governo está cheio, e quem são eles para me rotular? Não tenho culpa dos crimes pelos quais estou sendo acusada. Pratiquei delitos? Com certeza, mas não para ganhar uma cadeia de 115 anos.

Quando fui presa, o delegado me disse que eu ia casar com a cadeia. Já me separei de quatro maridos; por que não ia me separar da cadeia?

Tenho três filhos, de 19, 15 e 7 anos. Eles têm uma vida normal e não têm vergonha do que estou passando porque sabem quem eu sou. Aqui, sou uma das coordenadoras do projeto Mãos à Arte. Fazemos coleção de roupas íntimas, roupas sexies e uma linha de biquínis e camisetas.

Acho que as mulheres estão cada vez mais no crime porque os homens são muito omissos. Eles querem dividir tudo e as mulheres têm que ir à luta. Tenho medo do dia da minha liberdade, porque, uma vez presa, vou ser sempre ex-presa. Por isso, é fundamental ter a família presente. Quem não tem, fica perdida.”



Conferência da mulher

Atuação na política será tema do debate

A II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, CNPM, que será realizada de 18 a 21 de agosto próximo, tornará Brasília novamente a Capital da mulher. O evento, que é uma continuidade da primeira conferência, realizada em 2004, será uma oportunidade para que se faça uma avaliação dos dois primeiros anos de implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM).

O evento, a exemplo do que aconteceu em 2004, será municipalizado pelas conferências municipais e estaduais. A diferença é que desta vez não haverá plenárias municipais, e sim conferências. “Isso significa uma formalização diferente das conferências municipais e regionais. Todas serão resoluções, e serão encaminhadas à conferência estadual e nacional”, explica a ministra Nilcéia Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. As plenárias envolviam somente o movimento social “e eu entendo que o Poder Público local também deve se envolver nas conferências locais e regionais”, afirma.

Dentre os temas debatidos, há a preocupação com a participação política das mulheres nos partidos, parlamento e órgãos em nível de tomada de decisões. Nas últimas eleições, a participação das mulheres sofreu abalos na representação dentro do parlamento. Uma situa-



Foto: Katia Maia

Para a Ministra Nilcéia Freire, sucesso do PNPM é resultado do empenho do Governo Federal

ção que, segundo a ministra, precisa ser avaliada. “Eu não diria que houve uma diminuição (na participação), mas é um retrocesso. O crescimento da presença das mulheres na vida nacional se espelha na vida congressual que temos”. A mulher teve uma forte representação na Assembleia Constituinte, em 1988, e, agora, com o processo de mobilização da Conferência, na reforma política espera-se que ela alcance uma participação tão forte quanto houve na constituinte, acredita a ministra.

Quanto à implementação do PNPM, a ministra avalia que o sucesso até hoje obtido é resultado

muito mais do esforço do Governo Federal do que da incorporação do plano por meio dos Estados e municípios.

“Avançamos muito na implementação do plano, mas avançamos mais nas ações que dependiam do Governo Federal”, e cita como exemplos, áreas como igualdade, oportunidades, cidadania, aumento da autonomia econômica, aumento do crédito para trabalhadoras rurais, programa pró-igualdade de gêneros – conceito de igualdade de oportunidades, política nacional de direitos sociais e reprodutivos – etc. Medidas que tem o repartimento em Estados e Municípios.

Violência doméstica é uma questão de poder e de gênero



Odisséia Pinto de Carvalho | Secretária de Relações de Gênero da CNTE

Ao longo da história, numa sociedade injusta, as desigualdades sociais surgem não do fato de termos nascidos homens ou mulheres, mas das relações e dos papéis sociais e sexuais que foram construídos socialmente e culturalmente, colocando os homens na posição de poder sobre as mulheres, que acabaram ocupando um papel secundário e de submissão.

Quando falamos de relações de gênero, estamos conceituando a partir do que é estabelecido como feminino e masculino nas relações sociais e quais os papéis destinados a cada um.

Segundo pesquisas, o número de homicídios realizados por homens no Brasil é maior do que os praticados pelas mulheres, isso nos revela que a questão da violência está nitidamente relacionada às relações de poder.

A violência sexual e doméstica é estabelecida a partir das relações de poder e de gênero, que afeta as crianças, mulheres, sejam elas jovens, idosas, trabalhadoras rurais, urbanas, indígenas ou quilombolas.

Um caso acontecido no interior do Rio de Janeiro mostra que violência mora dentro de casa. Um lavrador praticou incesto com sua filha, dos sete aos quatorze anos, que não suportando a violência fugiu de casa, só retornando dez anos

mais tarde, por motivo de doença da mãe, já casada e com uma filha.

Seu pai, achando-se “dono” dela e da neta, tentou abusar sexualmente das duas. Ela rompeu com o silêncio e o denunciou a delegacia. Em seu depoimento, o pai declarou, inclusive para imprensa, que “bicho homem é assim mesmo, quando a mãe dela precisou ir

**“MUITAS VEZES,
A VIOLÊNCIA
PERMANECE
ABAFADA NA
INTIMIDADE
FAMILIAR”**

ao médico na cidade, ela dormiu na mesma cama comigo, aí você sabe...”

Esse tipo de violência muitas vezes permanece abafado na intimidade familiar; 90% dos casos são cometidos por homens que as vítimas amavam ou confiavam. Na maioria são meninas entre 3 e 13 anos, penalizadas muitas vezes pelo silêncio e cumplicidade das mães que temem a reação do parceiro ou do marido e

aceitam essa situação para garantir a sobrevivência da família.

Quantas crianças, jovens, mulheres já passaram ou ainda vivem nessa situação de poder e domínio e não têm coragem de denunciar?

A violência sexual e doméstica está presente em todas as classes sociais, religiões cor, raça, sexo ou etnia e independe do nível de escolaridade, portanto é um problema que juntos e juntas somos responsáveis pela busca de caminhos para prevenção e superação de todas formas de violência contra as mulheres.

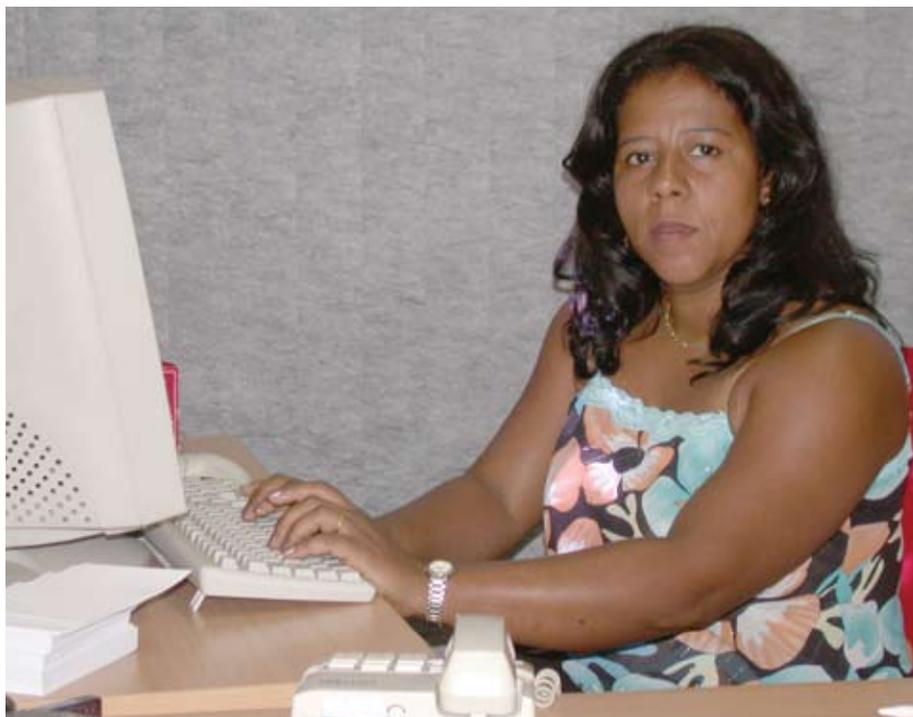
Essa luta pela igualdade de direitos e justiça social, fruto da organização das mulheres, vem aos poucos mudando a cara do Estado brasileiro, a mais recente vitória foi a aprovação da Lei Maria da Penha, que visa denunciar e interromper esse ciclo de violência.

É necessário que esse debate seja levado para a comunidade escolar, tendo como objetivo fomentar essa discussão e avançarmos na mudança de mentalidades de homens e mulheres.

Não tenho dúvida que as políticas públicas, integradas e continuadas, poderão contribuir para construção de uma cultura de paz e respeito aos direitos humanos e principalmente das mulheres em uma sociedade justa e igualitária.

Presentes em tempo integral

Se o dia tivesse 36 horas, ainda seria pouco para o número de tarefas que as mulheres precisam assumir



Jornada intensa de trabalho impede que Nilza Cristina conviva mais com a família

Quando a professora Nilza Cristina dos Santos beija seus filhos pela manhã, sabe que só os verá de novo quando já for noite. Ela é professora da Educação Infantil e uma das milhares de educadores que enfrentam uma longa jornada de trabalho para manter seu lugar ao sol. “O espaço que a mulher ocupa hoje na sociedade e no mercado de trabalho é uma conquista, mas nós temos que lidar com a contrapartida que é a sobrecarga e, às vezes, deixamos de ser mulher para desempenhar nosso papel de mãe dos filhos, do marido e dos alunos”, comenta Nilza.

O dia de Nilza começa às 5h15, quando acorda e se prepara

para enfrentar mais de dez horas de jornada. Moradora da cidade de Formosa, em Goiás, ela viaja cinquenta minutos até chegar à escola onde dá aulas – em Planaltina, cidade-satélite de Brasília. Todos os dias, faz uma viagem interestadual para trabalhar.

Irene Fernandes não é professora, mas tem em comum com Nilza a jornada pesada de trabalho. Com 39 anos, mantém dois empregos e mais uma série de bicos para poder criar seus quatro filhos. Ela é separada e seu dia também começa de madrugada. Mora em Ceilândia, cidade-satélite de Brasília e também, pela manhã, beija seus filhos com a certeza de que só os verá à noite.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, nos últimos dez anos, o número de famílias chefiadas por mulheres aumentou aproximadamente 35%, passando de 22,9%, em 1995, para 30,6%, em 2005. São mulheres que desafiam as leis da física. Conseguem estar ao mesmo tempo em dois lugares; enquanto trabalham o dia inteiro fora, administram a vida de mãe, dona-de-casa e esposa. A pesquisa do IBGE também revela que cresceu o número de lares onde a chefia é feminina, apesar da presença do cônjuge.

As mulheres ganharam, portanto, não só espaço, mas acumularam funções. Mesmo com maior participação no mercado de trabalho e toda a mudança no padrão familiar brasileiro, o que se percebe é que a responsabilidade pelos afazeres domésticos ainda é predominantemente feminina, e 92% das mulheres ocupadas no País declararam que cuidam das tarefas de casa. Os números revelam que as mulheres gastam, em média, 25,2 horas semanais em atividades do lar, contra 9,8 horas dos homens dedicadas a casa semanalmente.

Para a socióloga Bila Sorj, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, todo o espaço conquistado pelas mulheres é altamente positivo “o problema é que o aumento da participação feminina

“De acordo com o IBGE, nos últimos dez anos, o número de famílias chefiadas por mulheres aumentou aproximadamente 35%, passando de 22,9% em 1995 para 30,6%, em 2005”

no mercado de trabalho não foi acompanhado de uma maior participação dos parceiros nos cuidados da casa e da família, de modo que a luta das mulheres deve ser por uma melhor repartição do trabalho familiar, principalmente dos cuidados com as crianças, com os parceiros e pela ampliação das instituições públicas como creches e pré-escolas e escolas em tempo integral”, avalia.

Irene chega a sua casa por volta das 22 horas. É quando começa a sua terceira jornada. Ela ajuda os filhos em seus deveres de casa e prepara as refeições do dia seguinte, deixando tudo pronto para que as crianças possam tocar o dia. Separada há dois anos e meio, Irene não titubeia na hora de comparar a jornada do homem com a da mulher que, segundo ela é muito mais pesada do que a masculina. “O homem que trabalha, chega em casa

e vai dormir, enquanto a gente tem um monte de coisas para fazer antes de fechar os olhos”, diz.

“De modo geral, os homens começam a dividir o trabalho doméstico com as mulheres. Todavia, a participação masculina nas atividades domésticas ainda é muito pequena e o ritmo de envolvimento masculino tem sido muito lento, de modo que essa evolução não acompanhou a evolução da participação feminina no mercado de trabalho, que foi muito acelerada nas últimas três décadas”, analisa Bila.

A correria diária das mães, mulheres e profissionais, termina influenciando na rotina das pesso-

as que estão à sua volta. O dia cronometrado para que tudo seja feito e dê tempo para tudo vira rotina na vida do casal – quando casadas – e dos filhos. Quando Nilza chega em casa, no fim do dia, os filhos já sabem que é hora de revisar as tarefas escolares. Ela tem ainda uma condição privilegiada: “tenho um marido que me permite sair e ter uma vida corrida porque ele cuida também dos filhos”, afirma.

No fim das contas, as mulheres terminam tendo que compensar a sua ausência de alguma forma e por telefone administram o dia-a-dia doméstico. “Não posso abrir mão da educação de meus filhos”, afirma Nilza.



Irene precisa do apoio da mãe para dar conta da carga pesada de trabalho

Igualdade na mente e na cor

Texto e Fotos: Katia Maia

Programa de cotas nas universidades começa a mostrar resultados positivos



Geucilene e Renata concordam que o preconceito existe, mas não sentem muito a discriminação.

A discussão em torno do sistema de cotas para estudantes afro-descendentes, em universidades públicas brasileiras, tem dado muito pano para manga. Mas, a roupa que se começa a costurar com os programas de políticas da cor já apresenta contornos de alta costura. Atualmente, segundo o Ministério da Educação, 30 instituições de ensino público superior oferecem esse sistema de vagas, e aí incluem-se também as chamadas cotas sociais para estudantes da rede públi-

ca de ensino e de etnias para indígenas. A verdade é que essa política sofreu, e ainda sofre, muitas críticas, mas o desempenho dos cotistas e os resultados acadêmicos que têm sido gerados derrubam muitos dos argumentos contrários. Está na moda.

“A discussão em torno das cotas é positiva. É necessária essa interferência do Estado, ou da sociedade privada, no sentido de reparar essa situação de racismo arraigada na sociedade”, rebate Maria Inês Barbosa, subsecretária de Políticas de Ações

Afirmativas da Seppir – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. De acordo com ela, o que se tem observado, nas instituições onde há o sistema de cotas, é que a nota de corte do cotista, em relação à do aluno que entra numa universidade pelo método universal, de um modo geral, não ultrapassa os 0,8 pontos. “Qualquer educador sabe que numa avaliação, uma diferença dessas não é relevante para determinar se um aluno é mais ou menos inteligente que o outro”, analisa.

Sucesso acadêmico

A Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), foi a primeira a adotar o sistema de cotas, em 2003, com base numa combinação de critérios raciais e sociais, em que se observou um índice de aprovação total de 81,73% (alunos aprovados em todas as disciplinas cursadas) dentre os 153 alunos atendidos no sistema. O sucesso acadêmico dos cotistas revelou que, tanto na evasão quanto na média de rendimento, esses alunos apresentaram melhores resultados que os estudantes oriundos do vestibular tradicional.

O mesmo comportamento se repete na Universidade de Brasília, onde foi criado um centro de atendimento ao aluno cotista. “O desempenho dos cotistas tem sido igual ou melhor que o dos outros estudantes, e observamos que 10% dos aprovados no vestibular, pelo sistema universal, não fazem matrícula. Dentre os cotistas esse número não chega a 1%”, avalia Jaques Gomes de Jesus, assessor de diversidade e apoio aos cotistas da UnB. Segundo ele, aos poucos, a presença do estudante negro vai ocupando seu espaço. No primeiro vestibular de 2004, não houve a presença de negros na disputa pelo curso de Medicina, por exemplo. Hoje, esse número já alcança os 10%. “Com o sistema de cotas, o que a gente vê hoje é que cada curso da UnB tem a presença dos negros”, comemora.

Geucilene e Renata são alunas do curso de Serviço Social. Entraram na UnB, pelo sistema de cotas. Na avaliação delas, o cotista,

aos poucos vai mostrando que é tão capaz quanto os outros alunos. “A gente vê muito mais negros. O sistema de cotas trouxe a discussão do acesso igual a todas as pessoas”, afirma Geucilene. “Acho que a aplicação de cotas demorou muito. Não veio para resolver o problema, mas traz a discussão de diversidade democrática de acesso aos negros”, completa. Dentro da UnB há uma série de programas voltados para a manutenção do aluno cotista que, em sua maioria, é carente. “A gente tem gastos e há alguns projetos de afirmação”, explica Renata. “O Cotista na Escola, por exemplo, leva esse programa de cotas para as escolas. Nós vamos até lá para falar do sistema”, detalha a estudante.

O método tem um prazo de

dez anos para ser utilizado. Depois disso, será feita uma avaliação dos resultados. Ainda não há profissionais formados nesse sistema, mas o que se observa é que a simples presença dos negros no ensino superior público abre uma série de encadeamentos que vai desaguar no mercado de trabalho. “Acho que abre oportunidade no mercado de trabalho porque o negro passa a ter as mesmas condições de escolaridade que o branco”, diz Renata. “As pessoas começam a se identificar de forma positiva e vai sendo formada uma nova geração. O negro, que antes era observado apenas no futebol e no carnaval – não que essas atividades não sejam importantes –, começa a ocupar agora todos os espaços”, conclui Maria Inês.



“Com mais negros na universidade, percebe-se a democracia”, afirma Jaques.

Síndrome da exaustão

Burnout afeta 30% dos professores. Frequentemente confundido com estresse ou síndrome do pânico, pode levar ao afastamento do educador, o que nem sempre é a melhor solução

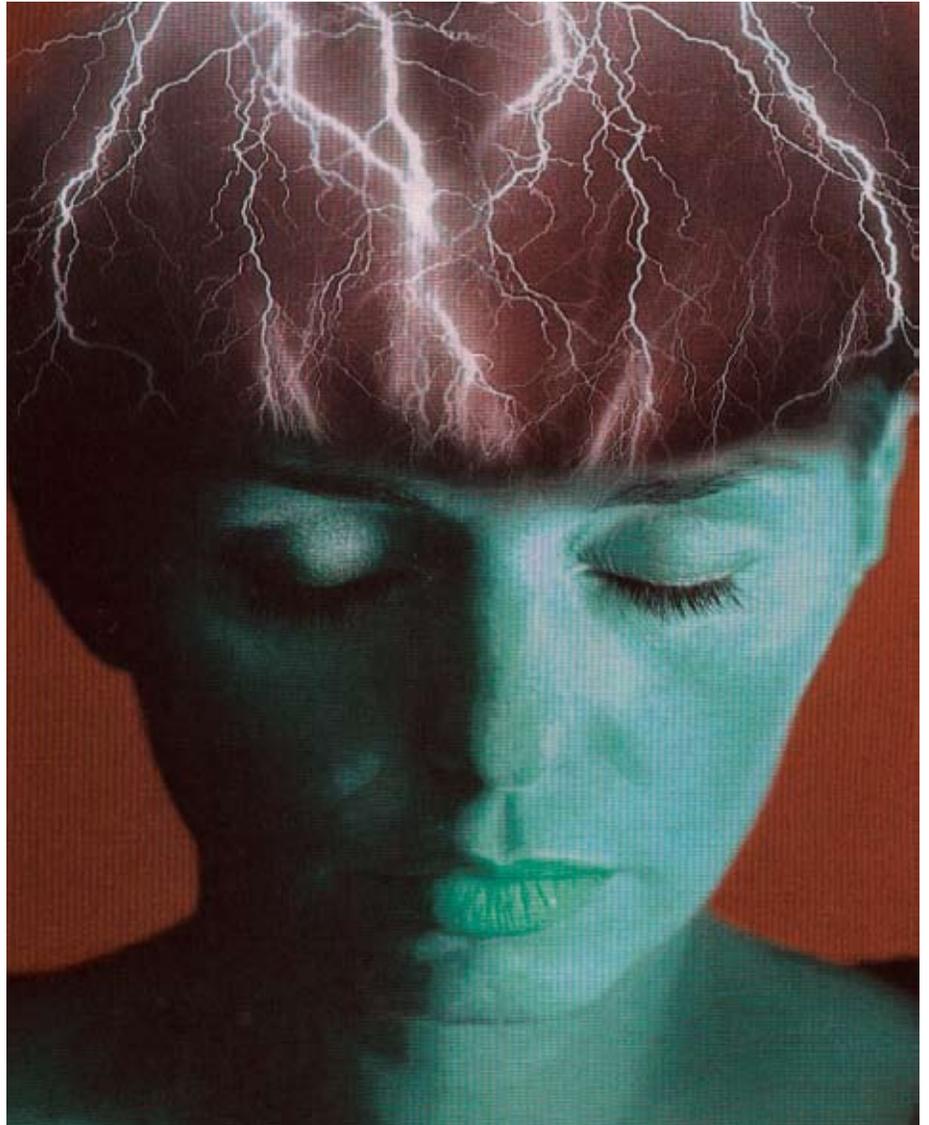
Cibele sabia que alguma coisa estava acontecendo. Dar aulas, trabalhar com educação sempre foi seu sonho, sua vocação. Mas, de uns tempos para cá, estava se sentindo cansada, desanimada e, em alguns momentos, até angustiada com a perspectiva de entrar em sala de aula, enfrentar os alunos e fazer o que ela sempre soube fazer: educar.

Professora há 28 anos, sempre foi dedicada e ativa, mas, começou a achar que não dava mais conta das obrigações, “que o tempo não dava para cumprir as tarefas”, recorda-se.

Antônia Cibele Figueiredo Lígório não sabia, mas ela fazia parte de uma estatística que vem preocupando a área educacional, e sendo pesquisada por especialistas do mundo todo: educadores vítimas do burnout.

O nome vem do inglês: *burn* significa queimar, e *out*, exterior. Juntando as duas, tem-se exaustão. Um tipo de síndrome que, segundo pesquisa realizada pelo Laboratório de Psicologia do Trabalho da Universidade de Brasília, UnB, afeta 30% dos professores em todo o País. O levantamento, que ouviu 52 mil professores, funcionários e especialistas em educação de 1.440 escolas públicas, foi feita em conjunto com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Os dados são de 2002 e de lá



pra cá, a identificação do burnout tem revelado que a síndrome é um excelente termômetro, muito sensível a tudo que está ocorrendo com o profissional de educação, refletindo as condições de trabalho, sociais, salariais, dentre outras, do educador. Por isso, o burnout também funciona como um elemento a mais no conjunto dos instrumentos de gestão.

Iône Vasques-Menezes, coordenadora do Laboratório de Psicologia do Trabalho da UnB, alerta para o fato de que o burnout e a síndrome do pânico muitas vezes são confundidas. “Há sintomas da síndrome do pânico semelhantes a sintomas secundários do burnout. Há uma relação de interface”, diz. Segundo ela, aos poucos, começam a apa-

recer os sinais de que algo não vai bem no trabalho, e o estresse é a explicação mais comum. O profissional começa a apresentar enxaqueca, dor de estômago, taquicardia, queda de cabelo. “Nesse conjunto de sintomas, de fato, o burnout assemelha-se à síndrome do pânico”, disse.

Iône explica que os sintomas – físicos, psíquicos ou de trabalho – geralmente são vistos, no início, de forma isolada. Dentre eles, estão sudorese, palpitação, medo, sentimento de quem não vai ser capaz de realizar o trabalho, angústia. A partir daí, o profissional começa a vivenciar outras situações que o levam a ficar arredio, irritado, distanciando-se cada vez mais dos alunos e se fechando para o mundo.

Existem situações e determinados tipos de trabalho que favorecem o adoecimento do profissional. “O burnout é um tipo de doença que ocorre com quem trabalha cuidando de pessoas, os cuidadores. Nessa categoria estão os profissionais de saúde, médicos, enfermeiros, agentes penitenciários, policiais e professores”, atesta.

Cibele tinha vergonha de seus sintomas e de ter que recorrer a atestados para tratar-se. “Eu queria que alguém me compreendesse e não tinha. O meio, por incrível que pareça, reage de forma hostil e minha tendência foi isolar-me dos meus colegas de trabalho”, conta. Afastada há dois anos de suas atividades profissionais, Cibele não tem diagnosticado o motivo de seu afastamento. “Os médicos não querem me dizer. A minha psicóloga diz que saber não é bom para mim”. Apesar de reconhecida desde 1999,

são raros no Brasil os casos de profissionais afastados do trabalho por causa da síndrome de burnout. Ela ainda não consta na CID, mas está nas leis trabalhistas.

O afastamento nem sempre é a melhor solução. Segundo a professora Iône, se existe um problema de relacionamento, existe uma situação de trabalho que pode estar adoecida e, nesse caso, é preciso tratar dentro das condições de trabalho. Pesquisa realizada em 2004,



Foto: Katia Maia

Cibele: momentos de angústia e apreensão diante de alunos em sala de aula

em dez estados brasileiros, pela CNTE, revelou que 30,4% dos professores e funcionários de escolas tiveram ou têm problemas de saúde, sendo que 22,6% necessitaram de licenças, afastando-se temporária ou definitivamente do trabalho. As principais enfermidades relacionadas ao trabalho e apontadas pela pesquisa são doenças psiquiátricas e neurológicas, calos nas cordas vocais, problemas cardíacos e de coluna, varizes e alergias ao giz.

Cibele sente falta da vida de educadora, de estar dentro de uma escola, ensinando, aprendendo. Um exemplo típico de cuidadores, que têm na profissão o envolvimento com pessoas e o cuidado com o ser humano, ela recorda-se que, começou a sentir que algo estava errado quando a ansiedade na hora de entrar em sala de aula era incontrolável. “Eu sofria por antecipação. Até preparava as aulas, mas na hora de entrar em sala de aula, eu via que não ia dar conta e sentia tremores, a visão ficava turva, tinha labirintite...”, conta.

“Dentro das categorias profissionais mais suscetíveis ao burnout estão aquelas nas quais o afeto é inerente e imprescindível ao exercício das tarefas diárias”, afirma a professora Iône. E, para os profissionais que sofrem de burnout, o comportamento que se percebe é de exaustão profissional, desumanização e reduzida realização profissional. “Quem tem sofrimento com o trabalho é porque tem envolvimento com o que faz”, diagnostica Iône. A verdade é que a síndrome burnout é uma realidade que vem roubando o tempo, a dedicação e o envolvimento de centenas de milhares de profissionais em educação de todo o mundo e é uma matéria que tem sido debatida em congressos da área. “Em praticamente todos os congressos já há um painel sobre o assunto”, revela Juçara Dutra Vieira, presidente da CNTE e autora do livro *Identidade Expropriada, Retrato do Educador Brasileiro*. “Ainda falta a secretarias de saúde olharem para a escola como um ser doente que precisa ser tratado”, conclui Iône.

Ocupação de território

Mulheres encontram nos redutos masculinos bicos que dão lucros

Fotos: Gil Rodrigues

Chove torrencialmente no Rio de Janeiro. Às 7 horas da manhã, a professora Mila Perry, de 37 anos, acaba de tomar o café e veste o macacão emborrachado. Indiferente aos riscos e à probabilidade de derrapagem, ela senta na moto e parte para o asfalto: faz bico como motogirl e corre em média 300 quilômetros por dia. “Dia de chuva é terrível, mas não posso me dar ao luxo de negar trabalho”, diz, sem titubear. Quando chega em casa, às 18 horas, ela ainda encara o quadro-negro, pois dá aulas de alfabetização para adultos de uma comunidade carente no Cachambi, bairro onde mora, na Zona Norte carioca.

Mila é apenas uma dentre as professoras brasileiras que encaram bicos para aumentar a renda familiar. O que tem acontecido com frequência, no entanto, é a entrada dessas profissionais em redutos considerados masculinos.

Uma das precursoras em desbravar o mercado considerado masculino foi a professora Daise Calazans, 63 anos. Em 1988, ela passou a dividir a carga horária numa escola municipal do Rio de Janeiro com a direção de um táxi. Na época, com a dupla jornada, Daise duplicou o salá-



Mila Perry e sua moto de entregas: renda extra conquistada no universo masculino

rio que ganhava no magistério. Ela chegou, inclusive, a dividir o cargo de Secretária de Educação com o táxi. Atualmente, o carro está sublocado para José Carlos Altomar Santos, 49 anos. Ele paga R\$ 450 semanalmente para ter a autonomia do carro. Isso garante a Daise mais de 50% da renda mensal. “É o que me salva, pois o que ganho como aposentada é uma vergonha”, afirma a profissional, agora pedagoga.

Preconceito

Em Madureira, subúrbio carioca, a professora Jeane da Silva dá aulas pela manhã na Educação Infantil de uma escola par-

titular e, há cinco anos faz frete em frente a um supermercado no mesmo bairro.

Quem acha, no entanto, que a tarefa é fácil ou que elas trabalham menos por serem mulheres, se engana. Além do árduo trabalho, elas ainda têm que encarar o preconceito, o maior obstáculo na nova empreitada. “Já aconteceu de um homem sair do meu carro porque eu era mulher. Eu tenho que descarregar as compras do passageiro até a porta de casa e ele se ofendeu: ‘Não vou deixar uma mulher descarregar as minhas compras. Isso não é serviço para mulher. Como seu marido deixa você trabalhar?’, disse o

homem. Ele saiu e foi para outro frete”, conta, indignada.

Como se não bastasse, os colegas de trabalho, muitas vezes, também são um obstáculo. “Na última empresa em que trabalhei, eu era a única mulher entre 40 homens. É complicado. Eles faziam pressão. Diziam que eu ia ser assaltada. Atualmente, vejo que era medo de perder o mercado, pois a mulher é muito mais gentil e os clientes sentem mais confiança”, diz Mila, que hoje tem a própria empresa de entrega, a *Vôo Express*.

No fundo, o medo dos homens têm uma explicação: as mulheres são promovidas mais rápido que eles, e chegam aos cargos aproximadamente três anos mais jovens, segundo uma pesquisa do grupo Catho, responsável pelo site de empregos www.catho.com.br.

Hoje, a própria Mila gostaria de trabalhar só com mulher. “Tenho três empregados e gostaria de ter mais mulheres comigo, pois elas têm mais credibilidade, são mais responsáveis e têm menos vícios”. Ela só lamenta, no entanto, que faltem profissionais dispostas a encarar o desafio.

Clube do Bolinha

Para a sociedade, as mulheres que desempenham com notoriedade funções normalmente atribuídas aos homens são classificadas como excepcionais, ou seja, tais mulheres não são reconhecidas como trabalhadoras capazes, qualificadas tanto quanto o homem. “Incorpora-se a noção de que uma mulher “comum” não realizaria tal trabalho. Sua qualificação só é reconhecida se comparada ao desempenho mas-

culino”, atesta Luciane dos Santos na sua tese de pós-graduação em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista sobre “Mulheres caminhoneiras: abrindo novas fronteiras”.

Muitas vezes, as emoções delas são deixadas de lado. “Estas mulheres desbravadoras ainda têm de encarar o estereótipo coragem, autoconfiança, resistência física e emocional, como se elas não tivessem emoções como medo”, afirma Sócrates Nolasco, autor do livro *O mito da masculinidade*. Jeane afirma que, no trabalho secundário, os homens esquecem que estão ao lado de uma mulher. “Quando eles estão comigo, me dão o mesmo peso para carregar e conversam como se estivessem falando com um homem”.



Daise Calazans: motorista de taxi para complementar salário de professora

ELAS SÃO MÃES

Uma pesquisa do Ibope mostra que no Brasil, 76 milhões de mulheres, ou seja, 52% da população brasileira, é feminina.

Cerca de 51% delas são mães, e 43% das que trabalham, 3 milhões, são chefes de família.

Do total de mães trabalhadoras, 34% estão presentes no setor informal – sendo 41% autônomas e 4% donas do próprio negócio. Para essas mulheres, o trabalho significa realização pessoal e independência. Elas consideram a organização do tempo extremamente importante.

DIFERENÇAS ENTRE ELES E ELAS

Segundo pesquisa do Grupo Catho, as mulheres ganham, em média, 10% menos que os homens. Isso ocorre também porque elas trabalham, em média, 3 horas por semana a menos que os homens.

Pastoral da Criança

Força da mulher garante o sucesso do programa

Criada em 1983, no município de Florestópolis – interior do Paraná, pela médica pediatra e sanitarista Dra. Zilda Arns Neumann e pelo então Arcebispo de Londrina Dom Geraldo Majella Agnelo (hoje Arcebispo Primaz do Brasil e presidente da CNBB), a Pastoral da Criança conquistou o Brasil e o mundo como uma das mais importantes entidades de apoio ao desenvolvimento das crianças, tanto no contexto familiar quanto na comunidade em que vivem. A entidade conta, hoje, com mais de 270 mil voluntários capacitados, sendo que, desses, 92%, ou seja, mais de 248 mil são mulheres e vivem nas comunidades em que atuam, o que reforça a importância de seu envolvimento na mudança social. Ao transformar suas próprias famílias e comunidades, elas realizam uma verdadeira revolução, resgatando valores e práticas de valorização da vida.

Indicada quatro vezes pelo Governo Brasileiro ao Prêmio Nobel da Paz, a Pastoral da Criança, além de ser um organismo de ação social da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – é também o mais belo exemplo da força, da coragem e da determinação das mulheres que, mesmo sem ganhar um centavo, na maioria das vezes, ingressam de corpo e alma no programa. Elas desenvolvem uma série de ações básicas em favor das gestantes e do desenvolvimento integral



Ação de mulheres é o segredo do sucesso da Pastoral

das crianças, nas camadas mais carentes das comunidades brasileiras e de outros países do mundo.

Rede Solidária

Os motivos que levam essas mulheres a participar da Pastoral são inúmeros, mas o objetivo é um só: a solidariedade. E é em nome dela que as voluntárias atuam salvando vidas e levando conhecimento para as famílias carentes. Elas têm entre 19 e 59 anos, muitas delas com apenas o primeiro grau incompleto e algumas com o segundo grau completo, todas com vontade de ajudar. Católicas em sua maioria, elas estão ligadas a uma determinada paróquia, que serve de base para o seu trabalho de combate à mortalidade infantil, à desnutrição, à violência doméstica e à marginalidade social. Na opi-

nião de Zilda Arns, coordenadora nacional da Pastoral da Criança, a participação das mulheres nos trabalhos da entidade é fundamental, porque representa a força de sua união e de sua determinação em torno de um mesmo ideal. “Na Pastoral da Criança, 92% dos voluntários são mulheres, esse é um bom exemplo da força de transformação social que representam, quando estimuladas e unidas para lutar por um objetivo comum”, explica a coordenadora. “Um dos resultados do trabalho da instituição, que teve início há 23 anos, foi a redução significativa do índice de mortalidade infantil nas comunidades em que a Pastoral atua, enquanto a média nacional é de 22,5 por mil, nas Pastoral da Criança é de 15 por mil e a desnutrição está controlada”, comemora.

Os filhos da mãe

Juçara Dutra Vieira | Professora, presidente da CNTE e vice-presidente da Internacional da Educação



Ele pode ser um juiz de futebol que não marcou um pênalti em favor do nosso time. Pode ser um vizinho que nos importuna. Pode ser o sujeito que julgamos pouco ético. Pode ser quem nos causou algum dano. Pode ser o político que detestamos. Pode, simplesmente, ser o motorista que buzina e enche nossa escassa paciência no trânsito. Em qualquer circunstância, é alguém que queremos ofender. “Filho da mãe”, digamos, é até uma espécie de eufemismo. O palavrão mais acintoso nem sempre é pronunciado. Mas está lá: na raiva, na impotência, no deboche. No preconceito, claro. Na violência simbólica contra a mulher.

Ser “filho da mãe” exime o pai de responsabilidades. Foi exatamente essa questão que levou a CNTE e o Sinte/PI a realizar um trabalho sobre “Paternidade e Cidadania” em conjunto com a UnB (Universidade de Brasília). Tendo a escola como fonte de informação, o projeto identifica alunos/as que só têm o nome da mãe no registro de nascimento. A partir daí, os casos são encaminhados ao Ministério Público que, preservado o sigilo dentro da escola, busca as soluções. Muitas vezes, os presumidos pais aceitam retificar o registro. Outras vezes, concordam com um teste de DNA. O projeto tem uma visão sociológica. Interessa, nesta investigação, dar visi-

bilidade a uma situação oculta para a maior parte da sociedade. Aliás, quantos de nós conhecemos esta realidade no nosso ambiente de trabalho? Quantas escolas se organizam de modo a permitir que questões como esta possam emergir? O registro é um direito fundamental que não pode ser negado. Um direito que tem profundo impacto na vida dessas crianças, adolescentes

“É hora de socializar esse compromisso. As crianças são filhas da mãe e do pai”

e jovens. Um direito humano, mas, também, de natureza social. Se pai e mãe são responsáveis pela vida, ambos devem ser protagonistas em relação aos filhos. Se a identidade de uma pessoa é importante para a sociedade, ela – por meio de seus agentes políticos – deve zelar pela sua integridade.

Pesquisas mostram que, cada vez mais, aumenta o número de

mulheres na condição de chefes de família. Há casos em que a mulher tem companheiro, mas, na maior parte das situações, ela é responsável sozinha. É oportuno considerar que a organização familiar sofreu mudanças decorrentes de transformações ainda em curso. Por isso, não podemos utilizar os mesmos paradigmas analíticos face a uma realidade que vem se modificando. A mulher vem conquistando novos espaços e assumindo novas funções. Está mais presente na vida pública, especialmente no mundo do trabalho. Contudo, permanece como grande referência para a criação e educação dos filhos.

É hora de socializar esse compromisso. As crianças são filhas da mãe e do pai. Não é uma questão privada, apenas. Não se trata de problema circunscrito à família. Muito menos à mulher que engravidou, seja voluntária ou inadvertidamente. Não raro, uma mulher submetida a constrangimentos e medos. Trata-se de um componente da vida em sociedade; da democracia; das relações civilizatórias. Então, façamos todos os esforços no sentido de garantir esse direito. O movimento social, o poder público, os governantes têm responsabilidades. Precisamos mudar a expressão “filho da mãe” pela frase: filho de mãe e pai, com passaporte de cidadania.

Todas as mulheres do mundo

Consultora de organismo internacional vê de forma positiva a ação organizada das mulheres e sua maior participação em postos de comando

Segundo levantamento feito em 2004 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), as mulheres representam mais de 40% da força de trabalho no mundo, apesar disso, apenas 1% a 3% dessa fatia feminina ocupa cargos de comando nas maiores empresas. “As mulheres, nos postos de decisão dos organismos internacionais ainda são minoria, incluindo o mundo sindical”, constata Marta Scarpato, consultora para temas de igualdade e direito sindicais da Internacional de Educação (IE).

A IE representa 30 milhões de trabalhadores em educação no mundo e tem produzido sensíveis avanços no que se refere à participação feminina. Scarpato cita a presença de Juçara Dutra Vieira, vice-presidente do organismo e presidente da CNTE. Para ela, em nível nacional, o movimento de mulheres reclama que se crie uma agência especial, nas Nações Unidas, para dar seguimento a todos os compromissos assumidos pela comunidade internacional com as mulheres e que tenha uma mulher à sua frente com o cargo de secretária-geral adjunta.

O tema foi levantado em 2002, durante Fórum Econômico Mundial, quando o papel das mulheres e sua representatividade

de foi tema de debate. Nos trinta anos do encontro, os homens têm se reunido para discutir os rumos da economia e da política no planeta, enquanto as mulheres têm ocupado o papel de ouvintes. Num esforço para reverter essa situação, 200 mulheres, de todo o mundo, promoveram uma reunião dentro do Fórum, contando com a participação de líderes femininas. “Não podemos prescindir nem do talento dos homens, nem do das mulheres” disse a diretora-gerente do Fórum, Donna Redel, na ocasião.

O mundo, em 2007, conta com a participação de várias mulheres em cargos de destaque e decisão no cenário internacional. Na América Latina, por exemplo, a presidente eleita do Chile, Michelle Bachelet, pode indicar uma maior abertura para as mulheres na região, mas há que se pontuar que já existiram outros exemplos que não acabaram bem. “Somente quando terminar o mandato de Bachelet, saberemos se ela abriu caminhos para as mulheres na política latino-americana. Até agora, me parece que ela está indo bem”, tranquiliza Scarpato.

Porém, a vida das mulheres em geral não muda pelo simples fato de haver uma mulher em cargos de direção, seja de um país



Marta Scarpato: nada substitui a ação organizada das mulheres

ou de organismos internacionais. A mudança acontece “a partir do que fazemos e seguimos fazendo em nossas vidas”, destaca a consultora. “A extensa luta das mulheres pelo direito à educação de qualidade, sem estereótipos sexistas, incluindo o acesso a carreiras e postos, antes considerados masculinos, tem tido um papel determinante”, avalia. Há muito que se fazer, conclui Scarpato. “O movimento de mulheres deve prestar muita atenção na formação de jovens. Não quero, com isso, colocar todo peso sobre nossos ombros, mas nada substitui a ação organizada das mulheres”, finaliza.

A origem do medo

Texto: Valéria Monteiro



A compreensão da violência doméstica ou familiar, no Brasil, tem passado por diferentes interpretações desde a criação das primeiras instituições com a finalidade de proteger a mulher no final dos anos 1970.

Naquela época, a principal intenção era a de apoiar as mulheres que buscavam engajamento ao movimento de emancipação feminista, principalmente por meio da participação mais ativa no mercado de trabalho.

Olhando para trás, pode parecer coisa do século passado, mas uma pesquisa feita em maio de 2006 pelo Ibope, com 2.002 entrevistados com mais de 16 anos, em 142 municípios de vários estados e regiões do Brasil, aponta que 51% dos brasileiros conhecem pelo menos um caso em que a mulher foi ou é agredida pelo companheiro.

Continua →

Percorri o caminho das vítimas da violência para tentar colocar em perspectiva a situação dessa violência doméstica, testemunhada por tantos ainda hoje. O primeiro passo da vítima de violência doméstica, em geral, é procurar uma delegacia da mulher.

Liguei insistentemente para marcar uma entrevista com a Delegada, sem sucesso. Ninguém atendia. Resolvi tentar a sorte e me encaminhei ao Distrito, sem aviso de chegada. Mais tarde entendi que dentre o pequeno contingente de 14 pessoas, que trabalha na Delegacia da Mulher em Campinas, SP, não havia uma só telefonista.

Quando cheguei à Delegacia da Mulher, debaixo de uma chuva torrencial, um rio atravessava a garagem feita recepção, uma ilustração dramática da vida daquelas mulheres que esperavam para ser atendidas.

A confusão imposta pela invasão da água, o arrastar das cadeiras para os cantos menos encharcados impediu que eu pudesse contabilizar a ocupação da sala-garagem. Grosso modo, eram cerca de 20 mulheres com idade inferior a 40 anos, a maioria cabisbaixa, com expressões graves no rosto e poucas palavras, se alguma.

Uma moça de pele bem clara, e loiros cachos amarrados num rabo de cavalo curto, segurava no colo uma linda menina, ainda bebê. Originária de Florianópolis, SC, longe da família e dos amigos, sem recursos financeiros e apenas

com a roupa do corpo, buscava ajuda para voltar para casa, sem colocar em risco a guarda do bebê. Vivendo há um ano com o companheiro nos fundos da casa da mãe dele, ela depunha que os machucados visíveis em seu rosto eram decorrências das agressões físicas que sofria.

Mais adiante, numa outra sala protegida da enxurrada, mas não do drama, três mulheres, duas

“A faixa etária média das mulheres que vão à delegacia é de 20 a 35 anos; e idosas que sofrem violência dos filhos”

irmãs e a mãe viviam uma história diferente, não menos violenta. A menina mais nova, de uns nove anos de idade, brincava com carrinhos e bonecas dispostos em uma mesa de escritório de madeira, provavelmente com o propósito de entreter as pequenas vítimas. Sua irmã, ainda menor de idade, confrontava um rosto juvenil com um salto alto, jeans apertado e bordado, e a maquiagem um tanto for-

te para o começo de tarde. Havia conflito também em como repreendia a irmãzinha: “Pare de mexer nesse carrinho, ou vou furar seu olho com um guarda-chuva”. É quase impossível de se imaginar, mas existia doçura em suas palavras, que eram intercaladas com abraços e momentos de carinho. A criança se mostrava entediada com espera e pedia para ir embora. Talvez não soubesse que sairia dali a pouco, não para a casa, mas para um abrigo, longe dos maus tratos de sua mãe, que permaneceu aquele tempo todo quieta, no canto da sala.

Segundo a Dra. Cássia Jacqueline Senteio Afonso, há um ano e meio à frente da Delegacia da Mulher, a cada ano em Campinas são atendidos aproximadamente 7.500 casos de violência doméstica, a maior parte agressões leves. A delegada conta que a faixa etária média das mulheres que procuram a delegacia é de 20 a 35 anos. Ocorre também um aumento notável do número de idosas, que às vezes sofrem violência dos filhos ou decidem que finalmente chegou a hora de se libertarem de antigos companheiros agressores.

A delegada Cássia acredita que sempre houve violência doméstica, mas que, possivelmente, hoje em dia as mulheres tenham menos dificuldade em denunciar ou procurar alternativas ao abuso imposto pelo companheiro. A delegada ressalta a importância da nova Lei Maria da Penha, decre-

tada em 22 de setembro de 2005, que muda a punição dos agressores de uma cesta básica para fiança de cerca de um salário mínimo até cadeia, uma medida que força o agressor a enfrentar a seriedade de suas atitudes. Além disso, ela defende uma ação interdisciplinar, envolvendo o trabalho de psicólogos e assistentes sociais com a família inteira, inclusive o agressor.

A delegada Cássia Afonso ressalta a banalização da violência contra a mulher: “Embora esse tipo de violência resvale na família e nos filhos, a sociedade dá mais valor a crimes contra o patrimônio do que aqueles contra a integridade física. A violência é uma via de duas mãos”, continua a Dra. Cássia. “A família é a célula-mater da sociedade, se cuidássemos dela, acredito que poderíamos evitar a formação de muitos criminosos comuns”.

Campinas é uma cidade considerada avançada no atendimento a mulheres vítimas de violência, e possui uma integração rara no País entre a polícia, a rede hospitalar, e órgãos não-governamentais especializados. Assim que uma dessas instituições recebe um caso de violência contra a mulher, os demais órgãos são acionados numa rede que procura adequar soluções para cada problema.

Uma dessas instituições é o SOS Ação Mulher e Família, uma das pioneiras, fundada em 1980, em que uma equipe de 45 pessoas, dentre profissionais fixos, volun-

tários e prestadores de serviço auxilia as mulheres e suas famílias a interromper e prevenir a história de violência doméstica e sexual. Geralmente, a vítima chega a recepção onde é orientada a respeito dos serviços disponibilizados pela ONG. Em seguida, ela é encaminhada a uma triagem individual para contar sua história, e depois, reagrupada com outras mulheres na mesma situação, participa de

“A família é a célula-mater da sociedade, se cuidássemos dela, evitaríamos a formação de criminosos”

um grupo interdisciplinar, apelidado de Renascer, em que um psicólogo, uma assistente social e um advogado, avaliam as histórias pelos diferentes pontos de vista. A coordenadora do SOS, a advogada Cristina Salek de Siqueira, explica que a mudança de visão, que ampliou os horizontes do antigo SOS Mulher para toda a família foi fundamental. “Esse projeto é um projeto inovador, único e melhor para

os casais, porque ele refaz a relação com aulas de dança e oficina. Aquele casal, apesar de ter brigado, e apesar de episódios de violência, ainda pode ter uma chance. Esse trabalho é complexo e leva de seis meses a um ano”. A Organização oferece 18 cursos profissionalizantes de reflexologia, depilação, estética e massagem, com a finalidade de equilibrar a necessidade financeira inibidora da tomada de posição da maioria das mulheres que procuram o SOS, colocando ao seu dispor um horizonte melhor.

Os especialistas do SOS consideram que outro forte motivo para que muitas das mulheres agredidas permaneçam na situação de subjugação, é uma infância vivida diante de um exemplo de relação conturbada entre os pais, em que a mulher é passiva, o homem ativo em relação não só a ameaças, mas a agressão física. Mesmo que inconscientemente, aquela criança, no futuro, quando adulta, tende a repetir o modelo conhecido.

A criança é o elo mais importante nessa cadeia de acontecimentos. “Ela presencia, vive, e traz sua história, desenha o pai sempre bravo, com a garrafa na mão, numa atitude de bater. Sem que haja um acompanhamento devido, essa criança terá muita dificuldade em superar esse trauma e romper com a história de violência”, diz Cristina.

A violência psicológica é parte preponderante da preocupação dos profissionais especializados,

“porque um hematoma sara, mas um quadro psicológico, se não devidamente tratado, fica”, pondera o psicólogo Rafael Pinto e Silva, que participa da conversa na sede do SOS. Ele explica sua percepção sobre a origem da violência doméstica: “A falta de iniciativa do governo para democratização da educação, e a carência de formação acadêmica, são fatores determinantes no surgimento dessa violência. O pai de família batalha e não consegue prover para a família o almejado, o que se vê na TV, porque não condiz com o salário que ganha. É muito comum que essa situação de impotência desencadeie violência, principalmente do homem tradicional, viril, que terá dificuldade em dialogar com a mulher sobre os problemas que enfrenta em seu papel de provedor. A procura por drogas e álcool é um fator normalmente associado, colaborador do aumento da agressividade”.

O artigo 3º das disposições preliminares da já famosa Lei Maria da Penha diz que: “Serão asseguradas às mulheres condições para o exercício efetivo aos direitos da vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à Justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária”. Uma vez que o Estado pouco faz para garantir à mulher, ou a qualquer outro cidadão, esses direitos, poderia o

homem se imbuir dessas atribuições diante das quais se sentiria impotente, fazendo-o reagir com violência?

A psicóloga supervisora no Crame (Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos da Criança e do Adolescente) Patrícia Jacobucci reage categoricamente a essa idéia: “A mulher passa por muita coisa também em ambientes extra-familiares. Penso que a vio-

“Um hematoma sara. Mas um quadro psicológico, se não devidamente tratado, fica”

lência não se justifica pela falta de capacidade desse homem lidar com suas frustrações, mas definitivamente o agressor deve ser trabalhado, uma vez que geralmente ele nem se vê como agressor”.

Valores culturais de uma sociedade majoritariamente machista, na qual a mulher é responsabilizada pelo sucesso ou fracasso da relação romântica, é outro fator perpetuador da violência

familiar. Mas, a psicóloga infantil concorda que a violência tem origem na vivência da criança, e também relaciona a violência psicológica à física: “Grande maioria, as mulheres, durante a infância, foram abusadas sexualmente, ou sofreram agressões físicas ou até verbais, muito piores em alguns casos, pois golpeiam a auto-estima e as deixam vulneráveis, contribuindo para que se envolvam, mais tarde, num relacionamento também conflituoso”.

Uma conclusão é unânime: é primordial a mudança de mentalidade para virar a situação de desestruturação da família, que começa pela relação dos pais, influencia a vida das crianças, meninos e meninas, que mais tarde se tornarão mães de novas famílias.

A delegada Cássia Afonso conta que faz um curso de extensão voltado aos direitos da criança e traz de lá, para nós, um pensamento no mínimo perturbador: “Bater em um animal é considerado crueldade. Bater num adulto é considerado crime. Por que então aceitarmos bater em crianças?”.

Para a criança, presenciar a violência em casa, do pai contra a mãe, ainda que não seja ela agredida fisicamente, é o bastante, segundo Patrícia Jacobucci, para dar continuidade a esse ciclo vicioso.

A preservação da criança é de extrema importância. E essa tela é a única em que se deve bater; com muita força.

Fundeb, enfim, na Constituição

Mobilização de entidades em defesa da educação garantiu a aprovação

Ao assumir pela segunda vez o cargo de Presidente da República, em janeiro, Luiz Inácio Lula da Silva fez um discurso emocionante, e mencionou a palavra educação oito vezes. Afirmou que seu segundo mandato será o da “educação de qualidade”, uma vez o que Brasil agora conta com um instrumento fundamental para melhorar a educação básica, que é o Fundeb.

O Fundeb é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – promulgado em 19 de dezembro de 2006, na forma de emenda constitucional (nº 536/1997) – e que, na prática, significará a elevação e uma nova distribuição dos investimentos em educação. “Com ele, poderemos aumentar dez vezes o investimento nas áreas mais carentes do ensino, e 60% desses recursos serão aplicados na melhoria de salários e na formação do professor”, garantiu Lula ainda em seu discurso de posse.



A CNTE organizou em Brasília diversas manifestações para apressar a votação do Fundeb

Na verdade, Fundeb é o resultado de uma longa batalha por melhores condições e maiores investimentos na educação. Uma luta de mais de uma década, que envolve os mais diversos setores da sociedade e que teve em 2006 sua aprovação pelo Congresso Nacional. “O ano que passou foi de muito debate, com pressão organizada dos movimentos em defesa da edu-

cação. O receio, no início do governo Lula era da Educação Básica não entrar na agenda nacional”, revelou Juçara Dutra Vieira, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, CNTE.

E a educação básica virou pauta e agora é amparada pelo Fundeb, que veio justamente para substituir o Fundef, em vigor desde 1996 até 31.12.2006 e que financiava

somente o ensino fundamental (1.^a a 8.^a série). Com a implementação do novo fundo, que começa agora neste ano, e tem um prazo de três anos para se concretizar, a expectativa é de beneficiar 48,1 milhões de estudantes da educação básica, sendo 860 mil de creches, 4,1 milhões de pré-escola, 34,1 milhões do ensino fundamental e 9 milhões do ensino médio.

Fundeb para os de 0 a 5



Zezé: animada com os benefícios para as crianças

Maria José Macedo Launé, 35 anos, sabe bem a importância do que foi aprovado no Congresso Nacional. Nos últimos 4 anos, teve que deixar seu filho, Luis Henrique, em casa, na mão de vizinhas e familiares porque não tinha creche para ele. “Eu batalhei muito e o meu salário, boa parte dele, R\$ 150, 00, ia para a moça tomar conta do meu filho. Eu bem que tentei uma creche, mas não consegui. Agora, vou ver se ele vai para a escolinha lá perto de casa, na pré-escola”, diz.

Diarista, Zezé, como é chamada, não ouviu falar do Fundeb, não conhece e não sabe o que significa,

mas entende que agora a vida poderá ficar mais fácil, “porque tem uma determinação aí que parece que vai abrir vaga de creche e escolinha para as crianças menorzinhas”, anima-se. Zezé e as mães de filhos de 0 a 5 anos já podem pleitear esse direito, ainda que ele não conte como obrigatoriedade na Constituição Federal, que trata apenas de crianças de 6 aos 14 anos. Agora, a obrigatoriedade das creches deve gerar, na opinião de Juçara Vieira, “uma pressão social muito forte, apesar de ainda estarem fora da Constituição. Essa pressão vai funcionar no aumento das vagas”, acredita.

Um amparo especial

O Fundeb traz mais tranquilidade também para a professora Denise Portela Xavier, mãe de Yolanda, de cinco anos, portadora da síndrome de down. Uma criança privilegiada, pois estuda na mesma escola em que Denise ensina.

Para Denise, o fato da educação especial ser também contemplada pelo Fundeb abre espaço para que as próprias crianças aprendam a lidar com o que é diferente. “Vejo que ela (Yolanda) aprende com as outras e vice-versa. É a inclusão acontecendo”, constata.



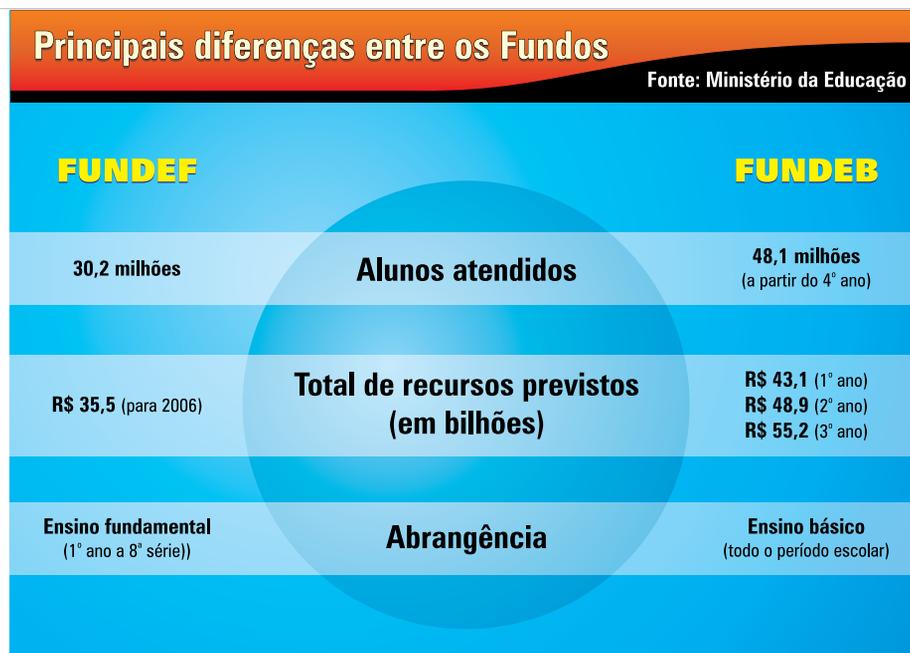
Denise comemora maior atenção à educação especial

Valorização profissional é foco

O Fundeb contemplará também a educação especial e de jovens e adultos, dois segmentos antes fora das obrigações da rede pública. Milhares de jovens e adultos esperam pela oportunidade de saírem da escuridão do analfabetismo. Os números do IBGE revelam que há muito a se fazer nessa área. O último Censo mostrou que a população analfabeta do País de jovens e adultos com 15 anos ou mais, é de quase 16,3 milhões. Nos domicílios com rendimento acima de dez salários mínimos, a taxa de analfabetismo é de 1,4%, enquanto esse mesmo índice, para aqueles domicílios cujo rendimento é inferior a um salário mínimo, é de quase 29%.

O Ministério da Educação já desenvolve uma série de programas voltados para essa parcela da população e agora com o Fundeb a expectativa é ampliar essas ações. De acordo com o Programa Brasil Alfabetizado, existem hoje quase 2 milhões de jovens e adultos sendo alfabetizados. Desse total a maior parte, 45%, está entre 25 e 44 anos, e as mulheres representam 57,5% dos alfabetizando do programa. “As mulheres já têm uma condição mais restrita de escolaridade”, constata Juçara.

O Fundeb terá a vigência de 14 anos e será composto por recursos vindos (20%) dos impostos e transferências estaduais, mais (20%) das transferências municipais. O cronograma prevê um aporte de verbas da ordem de R\$ 43,1 bilhões no primeiro



ano, R\$ 48,9 bilhões no segundo, R\$ 55,2 bilhões no terceiro, e R\$ 55,8 bilhões a partir do quarto ano (em valores de 2006). Esse total inclui a complementação da União, que começa em R\$ 2 bilhões no primeiro ano e alcança R\$ 4 bilhões no quarto ano. A partir de então, fica estipulado valor relativo a 10% do fundo.

Na avaliação da presidente da CNTE, essa “é uma política de solidariedade, em que quem tem mais socializa com quem arrecada menos. Mas a CNTE também encara como uma política provisória (14 anos) e mantém a luta pelo aumento do PIB para a educação e dos investimentos em educação”, relata Juçara.

Para o ano de 2007, depois de vencida a batalha da aprovação do Fundo, vem mais luta “Luta pela valorização do profissional, principalmen-

te no que se refere ao piso salarial e dentro de uma lógica de valorização profissional com a elevação da qualificação dos profissionais”, conclui.

Com a aprovação do Fundeb, criou-se e a base material para discussão de um piso salarial nacional para a categoria. Esta é uma antiga reivindicação da CNTE, que já em 1994, negociou com o Ministro da Educação da época, a fixação de um valor mínimo para educadores no início de carreira.

O projeto de lei que estabelece o valor do piso está sendo elaborado pelo MEC com a participação de representantes da CNTE, do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e seguirá para a Câmara dos Deputados até o mês de abril.

Mulheres no poder

Menos de 10% das mulheres que se candidataram foram eleitas. É o pior desempenho desde 1994. Ainda assim, aumentou a presença feminina no Parlamento



O Congresso Nacional tem hoje um número maior de mulheres atuando na política. As eleições do ano passado fortaleceram a presença delas na Câmara e no Senado

O Brasil tem 4 milhões de eleitoras a mais que eleitores, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). E ainda assim, das 513 cadeiras que compõem a Câmara dos Deputados, apenas 46 (8,77%) delas serão ocupadas por mulheres. Se isso vale de consolo, são quatro a mais que na última legislatura, iniciada em 2002. No Senado Federal, a estatística é um pouco menos cruel, com os 81 senadores cedendo 15% das cadeiras, a partir de 2007, às

mulheres. No âmbito estadual, das 27 unidades da Federação, apenas três contam, este ano, com uma mulher à frente do governo: Rio Grande do Sul, com Yeda Crusius (PSDB); Pará, com Ana Júlia (PT), e Rio Grande do Norte, com Wilma Faria (PSB). Todas eleitas em segundo turno – no primeiro turno nenhuma mulher chegou ao poder.

De acordo com o cientista político e sociólogo da Universidade de Brasília, UnB, Antônio Flá-

vio Testa, a participação das mulheres na política, no Brasil, é um processo lento e que enfrenta uma sociedade machista, que não facilita a atuação da mulher na política. “Não há, no Brasil, condições democráticas para que as mulheres tenham oportunidades de militância semelhantes às dos homens. As mulheres, infelizmente, não contam ainda com condições efetivas para melhor se dedicar à política”, avalia. A jornada de trabalho ainda é um entrave para que

ela possa se dedicar mais efetivamente à carreira política, segundo Testa.

Na opinião do cientista, a mulher política, como a maioria no País, tem que enfrentar a jornada dupla, e às vezes tripla, de trabalho, cuidando de casa, filhos e ainda encontrando tempo para a militância. “Esse, em minha opinião, é o fator mais contundente que exclui a participação da mulher da política, do ponto de vista qualitativo”, analisa.

Apesar da falta de condições ideais para as mulheres disputarem cargos eletivos, em 2006, houve mulheres disputando todos os cargos eletivos, de vereadora a Presidente da República. Na corrida pelos governos estaduais, foi registrada uma pequena melhora da participação feminina em relação ao pleito de 2002. De lá para cá, a participação das mulheres pulou de 9,85% para 12,68%. Mas, ainda que tenha havido uma melhora, a representação feminina, de um modo geral, reduziu-se em quase um terço nos 27 estados – sete unidades da Federação ficam sem representação feminina na Câmara dos Deputados, por exemplo – e muitas vezes, o que é pior na opinião dos analistas políticos, refletiu uma queda de qualidade, mais que de quantidade.

A participação das mulheres na política brasileira revela cenários interessantes, em que é possível observar que em regiões como Sul e Sudeste, a presença feminina registra índices menores que o observado no Nordeste, por exemplo. De acordo com Testa, no Bra-

sil, a esfera política ainda é regida pela herança de famílias, o que faz dessas mulheres candidatas naturais, pois herdam o capital político de uma situação. Para ilustrar, ele cita os nomes de Wilma Faria, atual governadora do Pará, e Roseana Sarney, que não se elegeu ao governo do Maranhão, em 2006.

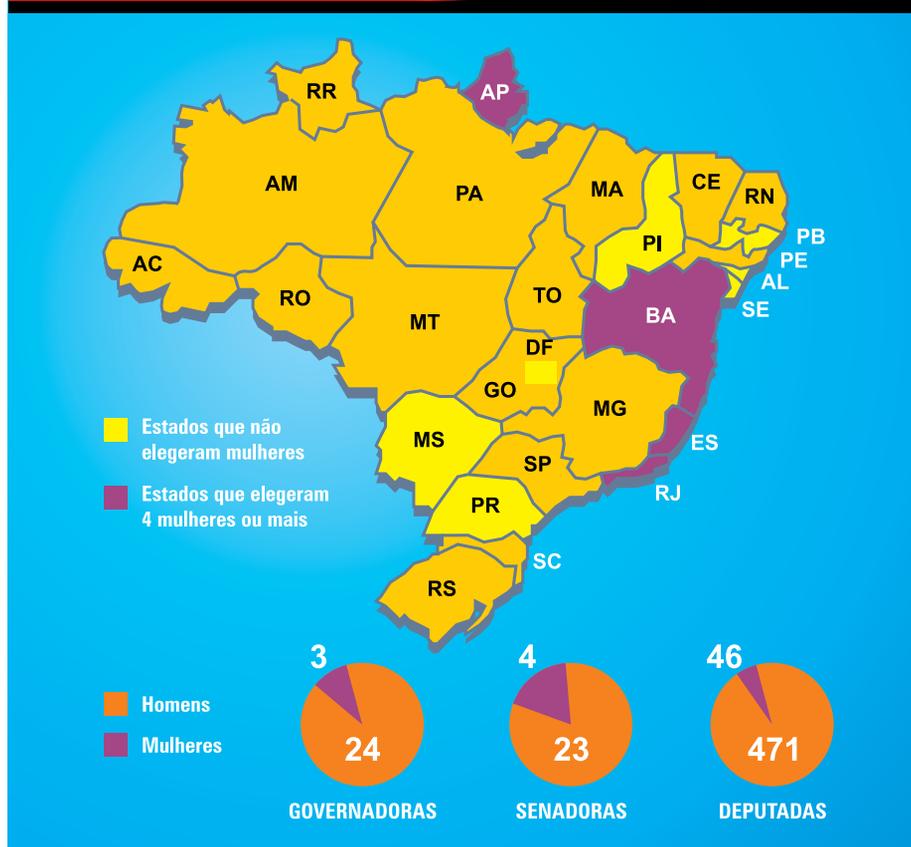
A presidente do Chile, Michelle Bachelet, sugeriu, em 2006, a formação de uma “aliança paritária latino-americana que potencialize os objetivos da igualdade de gênero na política”. Segundo ela, “a discriminação da mulher na política e em geral em todo tipo de cargo de liderança, é real e profunda. Talvez seja uma intensificação da discriminação da mulher no âmbito laboral”, concluiu.



Para o sociólogo Antônio Testa, jornada dupla impede ascensão política da mulher

Mais mulheres eleitas em 2006

Fonte: TSE



Rede de proteção

Foto: Katia Maia

Programa do Ministério da Saúde busca reduzir as complicações no parto, gestação e puerpério, que aparecem como uma das dez primeiras causas de morte de mulheres



Consulta pré-natal: mais segurança para a saúde da mãe e do bebê

Desde o ano 2000, existe, no Ministério da Saúde, o Programa de Humanização do Pré-Natal e Nascimento (PHPN). Uma iniciativa que busca melhorar o acesso, a cobertura e a qualidade do acompanhamento pré-natal, da assistência ao parto, ao puerpério e ao recém-nascido. No primeiro ano de vigência do programa, a adesão foi de 97.144 mulheres e a conclusão do pré-natal alcançava apenas 235 gestantes. Em 2006, esse número saltou para 92.880 mulheres, num universo de 407 mil que fizeram a primeira consulta.

Apesar de ter havido um au-

mento progressivo na captação precoce das gestantes, o Ministério da Saúde admite que ainda há falhas na alimentação de dados. Desde que foi criado o programa, tem-se observado também uma crescente adesão dos municípios, passando de 55, no ano 2000, para 5.116, alcançando a marca de 92% até julho de 2006. Entretanto, a adesão do município por si só não indica uma melhora na organização da assistência obstétrica, na qualidade da atenção prestada e da informação repassada pelos municípios.

O PHPN definiu critérios básicos para que a gestante brasileira

tivesse acesso às práticas assistenciais mínimas – seis consultas, realização de exames básicos e oferta de teste anti-HIV, dentre outros. Tudo isso para ajudar a reduzir uma estatística que preocupa, e muito, os organismos de saúde do mundo todo: as complicações na gestação, no parto e no puerpério, que aparecem com destaque como uma das dez primeiras causas de morte de mulheres.

Segundo o Ministério da Saúde, 92% desses casos poderiam ser evitados. Há dois anos, foi lançado no Brasil o Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna

Neonatal, firmado entre estados, municípios e a União para, até 2006, diminuir em 15% o número de mortes de mulheres no período da gestação, parto e puerpério e, ainda, de bebês com até 28 dias de vida. Quando foi lançado, o País enfrentava uma realidade de duas mil mulheres e de 38 mil recém-nascidos que morreram em decorrência de abortos e complicações na gravidez, no parto e no pós-parto. O Programa de Humanização do Pré-Natal prevê o repasse de até R\$ 90,00 por gestante na forma de incentivos financeiros aos municípios e maternidades, bem como a hospitais que cumprirem o protocolo mínimo de procedimentos do PHPN.

No Brasil e no mundo

Pesquisa realizada pela Faculdade de Ciências da Saúde, da Universidade de Brasília (UnB), entre outubro de 2003 e abril de 2004, analisou o atendimento pré-natal em unidades do Sistema Único de Saúde, SUS, em 627 municípios, das cinco regiões do País, aplicando pesos amostrais baseados na população e região demográfica. Os resultados da pesquisa puderam ser estendidos, por inferência a 5.507 municípios do País. O resultado do trabalho revelou que o número de municípios que dedicam atenção integral, simultaneamente, ao pré-natal, ao pré-natal de alto risco, ao parto e ao puerpério é de 45,3%. Des-

se total, 34,2% estão localizados na região Nordeste, em contraste com 8,9% no Centro-Oeste do País.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), meio milhão de mulheres morrem a cada ano por causas relacionadas com gravidez, aborto e parto – 99% delas são de países em desenvolvimento. No Brasil, a pesquisa da UnB constatou que, dos municípios analisados, 43,8% não atendiam ao risco gestacional. A garantia de vagas na maternidade no momento do parto é citada por 93,6% dos municípios e apenas 6,4% do total, que indica prioridade máxima ao atendimento às mulheres no ciclo gestacional, não garantem às mulheres vaga na maternidade na hora de dar à luz.

Gravidez sem fronteiras

Isabelle nasceu na noite do dia 23 de agosto de 2006, no Hospital Regional da Asa Sul, HRAS, no Distrito Federal. Sua mãe, Maria Francisca Macedo, fez todo o pré-natal na rede pública de saúde, e embora more no Jardim Ingá, em Luziânia-GO, a mais uma hora da Capital Federal, foi em Brasília que ela acompanhou toda a gravidez e deu à luz sua filha. A realidade de Maria Francisca é a de muitas mães que não têm perto de casa as condições mínimas para ter seus filhos. E é também a realidade da saúde brasileira, que ainda precisa viajar longas distâncias para prestar serviços de qualidade aos pacientes em várias partes do País.

Maria Francisca experimen-

tou o melhor e o pior da rede de atendimento à gestante no DF. Para fazer o pré-natal, teve as consultas no Centro de Saúde próximo ao seu trabalho e não à sua residência; realizou todo o pré-natal na rede pública, mas, na hora de fazer os exames específicos, precisou pagar do próprio bolso. “Quando era para fazer exame de sangue, eu fazia no hospital público. Só que o resultado demorava mais de 30 dias para sair. E, exames como o de toxoplasmose, por exemplo, tive que fazer no laboratório particular, porque não tinha como fazer no Posto”, recorda. As ecografias, realizadas durante a gravidez, foram também pagas por Francisca. “Teve uma, a morfológica, que eu paguei 150 reais”, comenta.



Para Isabelle nascer com saúde, Francisca experimentou o melhor e o pior de dois mundos

Fernanda Keller: ela tem a força

Apesar da rotina pesada, atleta ainda se dedica a causas sociais

Ela é uma das maiores atletas do circuito mundial de triatlo (modalidade que reúne natação, ciclismo e corrida numa mesma competição). Fernanda Keller já entrou para o *Guinness book* por suas excelentes marcas. No mundo dos esportes, seu nome é sinônimo de garra, determinação e conquista.

Tudo isso é resultado de muita disciplina, e, claro, de um ritmo intenso de treinamento. Normalmente, são seis dias por semana, de cinco a oito horas diárias. Perto das competições, como acontecerá em breve, esses números aumentam. Aos 42 anos, ela se prepara para entrar em mais uma fase de preparação intensiva. Em maio de 2007 disputa, em Florianópolis, mais um Ironman, considerada a prova de triatlo mais difícil e disputada do planeta.

Mas se engana quem pensa que a esportista só vive para as provas. Mesmo com a rotina puxada de treinos, ela tem tempo para se dedicar a projetos sociais. Há oito anos, criou em Niterói, no Rio de Janeiro, a Escolinha de Esportes da Unidos do Viradouro e o Projeto Fernanda Keller.

“São projetos que buscam tirar as crianças da rua e levá-las para o esporte. Acredito que assim elas conseguem uma vida melhor, adquirem disciplina, começam a melhorar na escola e passam a ser respeitadas como cidadãs. Crianças que ficam jogadas na rua têm mais



“O triatlo é feito para as crianças. Que criança que não gosta de nadar, correr e andar de bicicleta?”

chance de se envolver com drogas e coisas ruins”, afirma a triatleta.

Até poucos meses, a escolinha da Viradouro funcionava na quadra da escola de samba e envolvia modalidades como vôlei, tênis e ginástica olímpica. Mas, por conta de obras no espaço, as atividades estão paradas. Em contrapartida, o outro projeto, que é um centro de treinamento de triatlo, recebe, atualmente, 700 crianças carentes, de sete a 17 anos, de comunidades próximas.

Fernanda conta com o apoio da Prefeitura de Niterói, do Exército e da Escola Oficial do Corpo de Bombeiros de Charitas para desenvolver as atividades. “A minha função é de organização e direção. Planejo os eventos e vou em busca de parceiros

para desenvolver os projetos.” E foi por acreditar na capacidade transformadora do esporte que a atleta decidiu criar os núcleos. “Acho que eu não seria feliz no esporte se não achasse que ele tem o poder de se perpetuar. A semente do esporte foi lançada em muitas crianças. Quem sabe até alguns campeões poderão representar o nosso país a partir dessas iniciativas sociais. Meu objetivo principal não é revelar supercampeões. É social mesmo. O importante é dar oportunidade para todos”.

As pessoas que quiserem ajudar podem entrar em contato pelos telefones (21) **2611-2793** e (21) **2721-2898** ou pelo E-mail: instituto.f.keller@terra.com.br

Em 2007 os movimentos sociais têm novos desafios



Conceição Dantas | *Integra o Centro Feminista 8 de Março em Mossoró e a Coordenação Nacional da Marcha Mundial das Mulheres*

A Marcha Mundial das Mulheres (MMM) se consolidou com um movimento feminista internacional, que articula a luta pela igualdade das mulheres com a luta anticapitalista, antirracista, pela livre orientação sexual e pelo respeito à natureza. Constituiu-se em uma importante ferramenta de luta das mulheres e da construção de alianças com outros movimentos sociais. Sua ação potencializou uma maior legitimidade da luta das mulheres junto a esses movimentos sociais e isso faz parte de sua estratégia para incorporar a perspectiva feminista como parte do projeto de transformação global da sociedade.

A força da MMM está em sua opção por um feminismo militante e em sua capacidade de mobilizar mulheres de diferentes partes do mundo e de diferentes setores. Tornou-se uma opção de militância feminista para as jovens e para milhares de mulheres que ainda não haviam se identificado com outras expressões do feminismo.

Hoje, na América Latina, vivemos uma conjuntura muito diferente da que havia quando iniciou a organização da MMM em 1998. A resistência desse conjunto de movimentos do qual a MMM faz parte foi fundamental para as derrotas do neoliberalismo em nossa região, ex-

pressa fundamentalmente na não-assinatura da Alca em 2005. Essa mudança conjuntural se expressou ao longo dos anos 2000 em eleições de vários governos que se opõem à política imperialista de Bush. São governos com diferentes graus de radicalidade, mas que têm posições progressistas em contradição com o

“ A força da MMM está em sua opção por um feminismo militante e em sua capacidade de mobilizar mulheres ”

neoliberalismo. O mais importante, nesse aspecto, é que hoje os movimentos passaram de um momento de resistência para uma possibilidade de ofensiva em suas propostas.

A MMM nas Américas se soma à agenda de se construir uma Integração desde os povos, portanto de oposição à sociedade de mercado. Atua em aliança com outras

organizações de mulheres, dentro da articulação mais ampla dos movimentos em que se posiciona ativamente pela construção de um projeto de integração de igualdade entre mulheres e homens e coloca como proposta que um eixo estruturador: soberania, auto-determinação e autonomia das mulheres.

A posição apresentada na Conferência Social pela Integração dos Povos, realizada em Cochabamba, durante a Conferência da Comunidade Sul-americana de Nações está organizada em torno de 4 eixos: 1) o trabalho como base da economia, 2) soberania alimentar: uma resistência e uma alternativa histórica das mulheres, 3) soberania, auto-determinação e autonomia sobre o corpo das mulheres, e 4) ampliação e fortalecimento do público: desde o Estado e desde a sociedade.

A MMM no Brasil tem os desafios colocados no continente, somados às tarefas nacionais, que garanta avanços na construção de um país de igualdade e justiça econômica e social.

Seguiremos com a estratégia de reforçar um campo do feminismo comprometido em construir lutas sociais articuladas com os movimentos anticapitalista e desencadeando processos de construção de ações concretas.

Quem é quem na sala de aula

Educadores lidam com problemas de preconceito, discriminação e comportamento entre alunos e alunas oriundos de diversas classes sociais

Texto: Juliana Faria

Um dos grandes desafios com que as escolas e seus educadores devem aprender a lidar é a questão de identidade de seus alunos: como trabalhar a questão das diferenças de gênero e sexualidade? A princípio, é importante ressaltar que o ambiente escolar não pode ser avaliado independentemente da sociedade que o pauta e regulamenta, ou seja, ele é apenas parte de um universo marcado e dividido pelos preconceitos. Apesar de estudos mostrarem que a desigualdade com relação à educação de meninos e meninas vem caindo, a vida escolar ainda é insatisfatória. “Há formas de distinções que permanecem”, afirma a pesquisadora e fundadora do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (Geerge) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Guacira Lopes Louro. “Ainda existem distinções sutis e menos explícitas que permanecem.” Tratando-se da questão de gênero, são dois os exemplos que a pesquisadora cita: a linguagem e a história universal masculina.

O primeiro exemplo pode ser visto freqüentemente em salas de aula sobre qualquer assunto e para alunos de todas as idades: a linguagem “invisibiliza” a mulher. “Quando a professora avisa que ‘todos os alunos podem ir ao recreio’, as meni-



Nas salas de aula, alunos e alunas no exercício diário de harmonizar as diferenças

nas sabem que também estão liberadas”, conta a pesquisadora. “Mas se fosse o inverso – ‘todas as alunas podem ir ao recreio’ – nenhum menino se levantaria da carteira.” Guacira ainda fala sobre a reunião de pais e mestres. “Por que não ‘reunião de pais, mães e mestres’ sendo que as mães são sempre a maioria presente?” indaga. E quando se trata da história ensinada aos alunos, a pesquisadora explica que a sociedade e a escola tomam como universal a história masculina. “Nossos exemplos são todos referentes às ações feitas pelos homens”, afirma.

Célia Regina Florentino, 39

anos, tem um casal de filhos – Natália, 13, e Daniel, 10. Os dois estudam na mesma escola. Como mãe, ela não percebe grandes diferenças no trato de suas crianças. Mas Célia, que tem seis irmãos homens, sabe que elas existem. Falar palavrão, pular muro, sentar-se de qualquer jeito na cadeira eram atitudes logo repreendidas com o seguinte sermão: “Uma mocinha não pode fazer isso”. “O que dá a entender é que quando se trata de rapazes, essas atitudes são aceitas”, reflete Célia.

Para a conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), Rita Quadros, outra pedra no sapato dos professores é ques-

tão da sexualidade. Diferentemente do que acontece com os rapazes, as meninas acabam sendo reprimidas. “Quando as garotas começam a aparecer grávidas nas escolas, as professoras ficam desesperadas e se perguntam o que devem fazer”, diz Rita. “Mas ninguém se lembra que elas não ficaram grávidas sozinhas. Então, uma das soluções seria também debater o assunto com os meninos.”

Além disso, as diversas formas de expressar a sexualidade é tema pouco debatido na área de educação. “As escolas tomam por suposto que a heterossexualidade é o natural”, critica a pesquisadora

Guacira Lopes Louro. “Desde cedo, aprendemos a ser garotas ou garotos, e que desejar o sexo oposto é o que devemos fazer.” Com esse pensamento como base, quem se portar de forma diferente é visto como aquele que deve ser corrigido. “O ambiente escolar é o local mais perverso para se descobrir homossexual”, sentencia Guacira, já que as crianças, desamparadas de orientação, começam a debochar, fazer piadinhas e brincadeiras homofóbicas sem entender o que estão fazendo. “Eles já usam o termo ‘bicha’, mas ainda não sabem direito o que significa”, afirma a pesquisadora.

Guacira e Rita concordam

quando falam sobre as consequências. Ambas explicam que o peso de “ser diferente” é algo que as crianças e jovens levarão para a vida inteira. A discriminação resulta em dissimulação, segredos, mentiras e até “vitimização” (assumir papel de vítima e não conseguir livrar-se dele). Assim como as duas têm a mesma opinião sobre o “depois”, Guacira e Rita também concordam sobre o que se fazer “antes”. Elas afirmam que a ação ideal para se trabalhar com a questão de identidade deve se dar na graduação dos professores. É necessário discutir a estrutura e as diferenças de gêneros e sexo ainda na faculdade de pedagogia.

ONG prepara escolas para lidar com as diferenças

O Grupo Somos, do Rio Grande do Sul, que luta pelos direitos humanos e trabalha com discussões sobre sexualidade, é responsável pelo projeto Construindo Identidades, que capacitou 50 gestores de 25 escolas públicas do Estado. A coordenadora do projeto, Cláudia Penalvo, conta que foram passadas instruções para que os participantes se focassem na comunicação. “Queríamos mostrar que há problemas quando falta o diálogo e que o ideal é sentar e conversar para tentar entender o que está acontecendo”, explica.

De acordo com Cláudia, na maior parte das vezes, em um momento de tensão, os professores partem para tentar controlar os alunos – o que não é correto. “É necessário botar em discussão esses assuntos (diferenças de gêneros e sexualidade) que, na maioria das vezes, são



Cláudia Penalvo: o diálogo é fundamental para se criar um comportamento saudável entre alunos e educadores

esquecidos, ou até ignorados.” No final do projeto, a coordenadora revela que os participantes estavam mais tranqüilos, com “mentes aber-

tas”, e mais unidos. “O ideal é que eles pensem em educação como um todo e troquem experiências”, sugere Cláudia.

Uma mulher no comando da CUT. Será possível?

Movimento sindical ainda resiste à participação de mulheres em cargos de liderança

Pesquisas e estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registram uma participação crescente das mulheres no mercado de trabalho. Atualmente, elas representam mais de 40% da população economicamente ativa. A porcentagem é bastante expressiva, entretanto, não garante lideranças femininas no movimento sindical em âmbito nacional – o ambiente dos sindicatos ainda é predominantemente constituído e comandado pelos homens, além de ser marcado por preconceitos e injustiças.

A Central Única de Trabalhadores (CUT) é um exemplo de espaço em que as mulheres precisam ser firmes para manter suas representatividades nos cargos de direção. Apesar de ser o maior centro sindical da América Latina, a secretária nacional de políticas para as mulheres da CUT, Maria Ednalva Bezerra de Lima, afirma que existem muitas barreiras a serem vencidas. “A desvalorização da mulher é um problema da nossa própria cultura”, explica. “Devemos lutar por uma mudança de mentalidade e pela sensibilização dos dirigentes para esta questão.”

Em 1994, o congresso da CUT aprovou um sistema de cotas que garante representação mí-

nima de 30% de mulheres em sua estrutura. A ação que parecia ser um grande passo para as “companheiras” se mostrou ineficaz em diversos e repetidos casos. O que normalmente ocorre é o preenchimento do número necessário em seu limite e nada mais que isso. O exemplo vem da própria direção executiva nacional eleita para a gestão 2006 – 2009, dos 38 membros, apenas 10 são mulheres.

Somente o mínimo

Maria Ednalva conta que a situação se agrava em algumas direções estaduais que encontram dificuldade em garantir até mesmo os 30%. Qual o motivo? “Dividir o poder com os homens não é fácil”, revela a secretária nacional. “As réplicas geralmente se baseiam na mesma informação: eles dizem que as mulheres não querem participar.” Ela fica inconformada com a postura preconceituosa e desmotivadora. “Acho um absurdo brigarmos para incluir o mínimo”, diz. “As cotas são obrigatórias, não estamos pedindo nenhum favor.” Para a secretária nacional, o importante é que os homens entendam que nem sempre a estrutura do movimento sindical dá conta de abrigar o público feminino. “É um clima hostil que muitas vezes ignora o trabalho das mulheres nas pautas de negociação”, reflete.



Para Ednalva, maior percentual de mulheres no movimento sindical só deve ser conquistado com muita luta

Tais barreiras podem tornar turbulento o caminho das mulheres à presidência da CUT. Será possível essa conquista? Maria Ednalva é otimista, mas afirma que a presidência nunca chegará naturalmente. “Vamos trabalhar com a perspectiva de atingirmos essa meta”, assegura. “Mas será necessário um trabalho muito intenso, bem como vontade política”. Isso por que, na visão ainda deturpada de mercado de trabalho dos dias de hoje, o caminho do poder é natural para os homens. Enquanto que, para as mulheres, é consequência de uma batalha contínua e intensa.

Mulheres ocupam liderança em sindicatos de educação

A área da educação é caracterizada pela forte presença feminina – elas representam 90% da força de trabalho. Essa participação intensa acarreta uma incidência maior da participação das “companheiras” no movimento sindical. A proporção não é adequada, mas já pode ser considerada um avanço. Das 35 entidades filiadas à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), nove são presididas por uma mulher e em outras cinco elas fazem parte da Direção Colegiada em que ocupam postos chave.

• **Claudia Mata M. Sale**
Presidente (Sintero - Rondônia)

• **Girlene Lázaro da Silva**
Presidente (Sinteal - Alagoas)

• **Diana Cristina de Abreu**
Presidente (Sismmac - Curitiba/PR)

• **Maria Ines Camargos**
Sec. Geral (Sind-Ute/MG)

• **Alcilene Maria Gurgel da Silva Pinto**
Presidente (Sinteac - Acre)

• **Simone Goldschmidt**
Presidente (CPERS-Sindicato - Rio Grande do Sul)

• **Irlene Maria Sousa Araújo**
Sec. Geral (Sindiute/CE)

• **Isis Tavares Neves**
Presidente (Sinteam - Amazonas)

• **Maria Madalena Alcântara**
Sec. Geral (Sindiupes/ES)

• **Vera Maria Oliveira Santos**
Presidente (Sindipema - Aracaju/SE)

• **Odeni de Jesus da Silva**
Presidente (Sinte - Piauí)

• **Rejane Pitanga**
Sec. de Políticas Institucionais (Sinpro/DF)

• **Maria da Penha Matos Alencar**
Presidente (Apeoc - Ceará)

• **Fátima Cardoso**
Sec. Geral (Sinte-RN)

Educando educadores

MEC e sindicatos fazem parceria inédita, com base em proposta da CNTE, e desenvolvem o maior programa de capacitação de funcionários de escolas públicas do País

A escola pode e deve ser o espaço primordial de formação do cidadão. E essa é uma tarefa diária e universal. Desde o momento em que a criança cruza o portão da escola, ela está recebendo informações e aprimorando seu aprendizado. Por isso, numa iniciativa pioneira, com base em proposta há muito reivindicada pela CNTE, o governo incluiu, em 2004, os funcionários de escola nos programas de Valorização dos Trabalhadores em Educação. A partir de então, estados e municípios puderam pleitear recursos do Ministério da Educação para capacitarem merendeiras, vigias, porteiros, secretárias, auxiliares etc.

O programa concretizou-se em 2005, com a abertura de cursos em cinco estados do País: Pernambuco, Paraná, Piauí, Tocantins e Mato Grosso do Sul, cada um com mil vagas. Hoje, já são 17 estados engajados no programa, sendo que quatro dos primeiros ainda ampliaram o número de vagas e Goiás já está no terceiro módulo do curso. Ao todo, 22 mil funcionários fazem parte do programa, pelo Brasil. E a expectativa do MEC é universalizar o Pró-Funcionário agora em 2007.

Os cursos são divididos em quatro categorias: Secretaria Escolar, Alimentação Escolar, Multi-meios Didáticos e Infra-estrutura material e ambiental, cada um com



Foto: Katia Maia

Sirlene: meta é universalizar o Programa em 2007

uma carga de 1.260 horas e um ano e meio de duração em média. “O MEC buscou parceiros para a implementação do programa. Isso porque acredita que, quanto mais envolver os setores, melhor”, explica Sirlene Alves dos Santos, coordenadora geral do Pró-Funcionário no MEC.

Os cursos foram desenvolvidos em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), que coordena pedagogicamente o programa. O

MEC fornece o material didático e a orientação. E o estado fica responsável pelas instalações físicas. “É um curso técnico de nível médio, para funcionários que tenham cursado ou ainda estão cursando o ensino médio”, explica Sirlene.

A coordenação geral do Pró-Funcionário fica por conta do Ministério da Educação e cabe a cada estado criar sua própria coordenação, em parceria com seus órgãos públicos e sindicatos. “Logo no pri-

meiro módulo, a gente já observa uma mudança no cursista e aí entra um fator importante que é a identidade profissional. O funcionário, que antes era um faz-tudo, passa a ser um profissional técnico na sua área”, constata a coordenadora.

Em 2005, o Conselho Nacional de Educação aprovou a criação

da 21ª Área de Formação Técnica Profissional, que cria a área Profissional de Serviços de Apoio Escolar. “Eles estão se sentindo valorizados e se descobrindo educadores também”, conta Sirlene. De acordo com ela, o que se percebe é que há uma melhora na auto-estima dos funcionários da escola e que o curso

tem mexido com as atitudes deles mesmos. “A gente percebe que eles (os funcionários cursistas) mudaram a forma de agir, de se relacionar. Existe funcionário que já participa de reunião de planejamento e expõe suas idéias sem sentir-se inferior diante dos professores”, diz.

Mais valorização, visibilidade e reconhecimento

Mato Grosso foi o primeiro estado a promover a profissionalização dos funcionários de escola. Começou em 1998, na rede municipal de Cuiabá e depois se estendeu a todo o estado. Hoje, já são 7.500 profissionais da educação capacitados para atuar dentro das escolas. Cida Cortez, participante das primeiras turmas e atualmente vice-presidente do Sintep-MT, diz que o curso profissionalizante é o reconhecimento ao funcionário como educador. “O funcionário, por sua vez, dá retorno para a sociedade porque passa a compreender o seu papel dentro da escola, proporcionando um serviço muito mais qualificado e comprometido”. Ela conta que o sindicato gravou diversos depoimentos em vídeo, de funcionários que tinham feito o curso. Muitos testemunhos eram emocionados: os alunos falavam da sua mudança de visão em relação ao trabalho. Eles criavam um “sentimento de pertencimento” ao ambiente escolar que não havia antes da profissionalização. “Agora, a satisfação deles com a capacitação vem junto com a pressão pela oferta de curso para nível superior.” comemora.

João Monlevade, professor,

ex-dirigente da CNTE e autor do primeiro módulo de capacitação do Pró-funcionário, também comemora a iniciativa do MEC com o projeto. “Os funcionários de escola vivenciam hoje a mesma situação experimentada pelos professores no meio do século XIX, quando só havia leigos lecionando nas escolas até a criação da primeira Escola Normal, em 1835”, afirma o professor. “A esperança é que, com os resultados do Pró-funcionário, de cinco a dez anos a situação de invisibilidade e subalternidade dos funcionários de escola se reverta”, completa.

Dois Projetos de Lei de valorização desses profissionais tramitam no Congresso Nacional. O PLS nº 507/2003, da senadora Fátima Cleide (PT/RO), altera a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), para incluir mais de um milhão de trabalhadores em educação, que atuam nas escolas de educação básica em funções não-docentes, mas de caráter pedagógico, como Profissionais da Educação. Aprovado no Senado, o projeto está parado na Comissão de Educação da Câmara, onde ganhou o protocolo de PL nº 6206/05. Já o PL nº 1592/2003, do deputado Car-



João Monlevade:
“Visibilidade para funcionários de escola”

los Abicalil (PT/MT), que estabelece os princípios e as diretrizes dos planos de carreira para os profissionais da educação básica pública, aguarda designação de relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) da casa.

O Brasil tem em torno de 1,2 milhão de funcionários trabalhando em escolas públicas. Desses, 500 mil estão no ensino fundamental, 150 mil no ensino médio, 100 mil na educação de jovens e adultos, 200 mil na educação infantil e 50 mil na educação especial. Outros 200 mil estão em secretarias de educação e regionais de ensino. Sendo que, 100 mil são técnicos em multimeios, 400 mil merendeiras, 400 mil atuam nas funções de infra-estrutura (serviços gerais, limpeza e vigilância) e 300 mil na administração escolar.

Terra de mulheres

Legislação de 2003 assegura às mulheres a posse da terra em nome delas

Reportagem: Marcionila Teixeira / Fotos: Bárbara Wagner

Tudo começou com um grupo de corajosas mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) da região da Mata Norte, em Pernambuco. Três anos depois, em outubro de 2003, a portaria nº 981, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), atendeu à reivindicação das mulheres, dando a titularidade da posse da terra ao casal ou a quem coubesse a guarda das crianças, em caso de separação ou viuvez. Hoje, passados sete anos do que era apenas o início de um plano de vida para suas famílias, as mesmas mulheres lembram bem da batalha de onze dias travada com o sol, a chuva, os insetos e a fome, para enfim ocuparem o terreno. O assentamento Dorcelina Follador, a 89 quilômetros do Recife, é o único do estado idealizado e erguido pelas mãos femininas.

Graças a essa luta, 43% dos contratos de concessão de uso (uma espécie de pré-título de posse) já foram concedidos em nome de mulheres, contra 12% que tinham a titularidade dos lotes de reforma agrária, segundo pesquisa realizada em 1988. “A maioria dos títulos vai sair no nome das mulheres. No trabalho de base, que a gente fez nas ruas um mês antes da ocupação, explicamos que só deveria ter mulheres. No dia 17 de abril de 2000, pegamos mais de 70 delas, colocamos num caminhão e viemos para cá”, conta orgulhosa



Além de cuidar dos sete filhos, Dona Teca ainda cozinha para mais de 2000 pessoas nas reuniões da cooperativa

Josileide Rodrigues Chaves, 26 anos, ex-presidente da cooperativa, hoje dirigida por um homem.

Futuro de papel passado

Andréa Butto, do Programa de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia do Governo Federal, explica que, desde os anos 90, os movimentos exigiam do Incra a titularidade do casal na posse da terra. Com a portaria, houve, sem dúvida, um avanço importante no reconhecimento do papel da mulher no campo. E trouxe histórias de luta, como a de Tereza Cristina da Silva, 45 anos, mais conhecida como Dona Teca. Com sete filhos para criar e um marido sem muitas posses, ela diz que o título em seu nome vai lhe garantir mais força como mulher. “Acho importante para mim esse título. Fui eu

quem ocupou, por isso é para estar em meu nome. Estou pensando no futuro dos meus filhos”, comenta feliz.

Outra vida que a portaria nº 981 mudou foi a de Maria José da Silva Ferreira, 23 anos, a Ninha. Depois da morte do marido, ela encontra forças para continuar na luta do MST graças ao filho Fidel, de 5 anos – nome dado pelo pai, um apaixonado pelo movimento e assassinado num desentendimento com um grupo de sem-teto. O título da terra no Dorcelina Follador seria no nome de Josias de Barros Ferreira, como foi acordado na época entre os dois, mas com a morte do marido, o documento fica em seu nome. “Antigamente, só o homem tinha esse direito, e a mulher sempre ficava para trás. Temos que ter esse direito também”, decreta Ninha.

Atualmente, a outorga é garantida ao homem, na ausência de cônjuge ou companheira; à mulher, na ausência de cônjuge ou companheiro; ao casal homem e mulher, obrigatoriamente aos dois. “Inclusive quem tem ainda hoje a documentação em nome do marido tem direito de mudar para o nome dos dois no cartório”, alerta Andréa Butto. Para ela, a portaria tem garantido os direitos das mulheres do país nesse sentido. Isso porque, as pesquisas feitas em 1988 apontavam que o percentual de acesso das mulheres como titulares dos lotes de reforma agrária era de apenas 12% no Brasil. “Antes, na hora de preencher o formulário de inscrição, o titular sempre era o homem e as mulheres eram lesadas no seu direito”, afirma.

Artigo definido, feminino, plural

Hoje, no assentamento, existem cerca de trinta mulheres e seus respectivos maridos, filhos e netos morando no local e pondo em prática um sonho que inicialmente era só das mulheres. O título de posse da terra ainda vai demorar, já que o documento só é emitido após dez anos de ocupação. Segundo o Governo Federal, em 2006, o percentual de títulos emitidos no Nordeste, se comparado com o resto do País, foi de 48,79%, índice superior à média nacional, de 48,28%. Já o número de mulheres que recebeu o título no Nordeste no ano passado foi de 25.477, o que equivale a 29,9% de todas as mulheres beneficiadas no País, de 85.157. Em Pernambuco, o número ainda é tímido, com apenas 1.358 mulheres nessas condições, o

que faz o episódio do assentamento Dorcelina Follador, emblemático no estado. No Maranhão, são 12 mil. “Isso tem a ver com o número de assentamentos criados e terras à disposição em cada estado”, explica Andréa.

A socióloga Graciete Santos, coordenadora da ONG Casa da Mulher do Nordeste, no Recife, considera que a mulheres são importan-

tes na hora da montagem do assentamento, mas não são reconhecidas por isso. “Elas é que organizam e constituem o assentamento e depois passam para as mãos dos homens”, lamenta. Para ela, as políticas públicas também precisam avançar, porque permanecem com uma visão equivocada. “Há o avanço da lei, é verdade, mas entre a lei e a prática há muito a se conquistar”, finaliza.



Ninha e seu filho Fidel, desde o começo ajudando a fazer uma verdadeira revolução no campo

Educadora de forno e fogão

Realidade de quem trabalha na linha de frente da educação não permite dedicação exclusiva

De casa para o trabalho... do trabalho para casa... de casa para outro trabalho... à noite, de volta para casa... e aos sábados um curso intensivo para terminar o Ensino Médio. Essa é a vida da merendeira Silvinha (nome de batismo), mas qualquer semelhança com outras “silvinhas” ou “silvinhos”, por esse Brasil afora, não será mera coincidência. Porque essa é a dura realidade de grande parte dos profissionais de educação pública no País.

Silvinha Castellari Andrade, a nossa personagem, tem 40 anos (11 como merendeira), é separada, mãe de três filhos que cria sozinha, mora de aluguel, pago com o salário mínimo que recebe pelas sete horas de trabalho no Colégio Estadual Aníbal Cury Neto, em Curitiba-PR, o qual é obrigada a complementar com mais quatro horas de trabalho no telemarketing de uma empresa financeira. “A gente tem que se virar se quiser sobreviver”, diz Silvinha, sem a esperança de dias melhores.

No colégio, Silvinha está registrada como Auxiliar de Serviços Gerais, mas ela é, e sempre foi, merendeira; atividade à qual se dedica desde a sua primeira hora no local, mas que começou meio que por acaso, por conta de sua experiência anterior em cozinha de restaurante. “Quando eu entrei para o serviço público e eles souberam que eu já tinha trabalhado em restaurante, me mandaram direto para a cozinha”,



Silvinha cumpre jornada dupla para complementar salário e estuda aos sábados para concluir o ensino médio

conta a merendeira, se divertindo ao lembrar do seu início. Especialização para isso ela só tem mesmo da experiência e de um cursinho básico de cantina que, segundo ela, ensinou apenas o que toda dona-de-casa deve saber, nada mais. “Mas eu gosto do que faço”, completa.

A jornada de trabalho de Silvinha começa às 8 da manhã, no telemarketing de uma Financeira onde se desdobra para cumprir suas metas entre uma ligação e outra para os clientes. Esse expediente vai até o meio-dia, quando ela volta a sua casa para preparar e servir o almoço de suas crianças. Depois de tirar a mesa e arrumar a casa, às

15h30min ela inicia a sua jornada no colégio, onde novamente prepara e serve comida para outras crianças, dessa vez o lanche e o jantar. E assim vai até às 22h30min, quando finalmente termina o “batente”.

Para completar a correria, Silvinha ainda encontra tempo para estudar; ela está concluindo o Ensino Médio numa espécie de supletivo que frequenta todos os sábados. “Depois de velha estou sendo obrigada a voltar a estudar”, comenta. “É bastante cansativo, porque eu trabalho a semana inteira, em dois empregos, e ainda tenho que estudar aos sábados”, finaliza.

Telenovela, mulheres e a prática educativa

Lúcia Rincón | Diretora do Centro Popular da Mulher de Goiás/União Brasileira de Mulheres e da UCG



O estudo de telenovela dentro do campo educacional, se fundamenta na compreensão de que a cultura que vem se conformando com a forte presença dos meios de comunicação, denominada por alguns de “cultura de massas”, tem um papel cada vez mais decisivo no comportamento humano.

Qual é o componente das telenovelas que faz com que as mulheres sejam a maioria da audiência; como funciona esse mecanismo, que características são essas? Que tipo de influência educativa exercem sobre as mulheres, sobre todas as mulheres, de qualquer classe ou idade? Essa influência é alienante ou emancipatória?

Do outro lado, sendo as mulheres a maioria do professorado, teriam consciência de que as telenovelas educam, e o fazem com determinada perspectiva de sujeito, que pode não interessar aos projetos educativos emancipatórios?

Pesquisando sobre o assunto, encontrei os seguintes depoimentos de mulheres sobre a influência da telenovela em suas vidas:

“Eu comparo muito, e isso pode afetar o meu casamento... falo ao meu marido: “você não sabe acariciar como nas novelas”.

São palavras das entrevistadas Ilda, 41 anos, dona de casa, e de Ana, 20 anos, respectivamente:

– Se não considerarmos o diário, então, a vida nas novelas é normalmente do mesmo jeito que minha vida: o dia-a-dia é o mesmo, em que a filha discute com a mãe, o pai com o filho, as crianças correm pra rua, voltam tarde – a vida é a mesma.

– As telenovelas são bons exemplos. Elas dizem como nós deveríamos tratar uns aos outros,

“Professores discutem telenovela como produto cultural que traz más influências”

como nós devemos ser, o que deveríamos fazer quando existem problemas na família, qual decisão tomar.

Em pesquisa que realizei, perguntados se já haviam abordado com seus alunos, em sala de aula, algum fato relacionado à situação da mulher, 60% dos/as en-

trevistados/as responderam que sim. Dentre os 45% que disseram não ser esse um assunto a ser tratado com seus/suas alunos/as, os motivos alegados demonstram ignorância sobre o tema e parecem esquivar-se na idéia de que é um tema pertencente ao mundo do privado e adulto.

Enfim, quando os/as professores/as manifestam que discutem a telenovela, o principal tema abordado constitui-se nas relações sociais de gênero. Os/as professores/as discutem, sim, a telenovela, mas a maioria o faz considerando-a como um produto cultural que traz más influências, um gênero televisivo alienante e que influencia negativamente as pessoas, ignorando que seu sucesso se deve também a sua aproximação com a realidade progressista.

Com predomínio avassalador da opinião de que a telenovela transmite mensagens negativas, é preciso insistir que, só com consciência de gênero, é possível fazer uma leitura crítica emancipatória de qualquer produto televisivo, principalmente da telenovela, por suas características e temário que estão tão próximos ao mundo em que as mulheres têm vivido, praticamente sozinhas.

Nísia Floresta

A mais feminista das brasileiras

A mais brasileira das feministas

“**N**ísia Floresta surgiu – repita-se – como uma exceção escandalosa. Verdadeira machona entre as sinhazinhas dengosas do meado do século XIX. No meio de homens a dominarem sozinhos todas as atividades extradomésticas, as próprias baronesas e viscondessas mal sabendo escrever, as senhoras mais finas soletrando apenas livros devotos e novelas que eram quase histórias do Troncoso, causa pasmo ver uma figura como a de Nísia.” O autor do comentário é ninguém menos que o escritor Gilberto Freire, que traçou esse rabisco de perfil em “Sobrados e Mocambos”, de 1936.

Nascida com o nome de Dionísia Gonçalves Pinto, em 12 de outubro de 1810, no município de Papari, no Rio Grande do Norte, quase na divisa com a Paraíba, Nísia deixou sua terra para começar uma jornada que passaria por Pernambuco, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, de onde ela sairia para conquistar a Europa, já com o pseudônimo de Nísia Floresta Brasileira Augusta, como uma das mais notáveis mulheres que o Brasil já viu nascer.

Só para se ter uma idéia do quanto essa potiguar representou na história do país, ela foi educadora, escritora, lutou por uma educação igualitária entre homens e



Precursora do feminismo, abolicionista e nacionalista, Nísia escreveu seu primeiro livro aos 22 anos

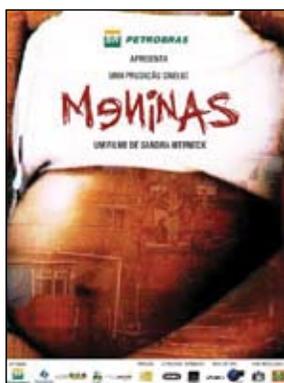
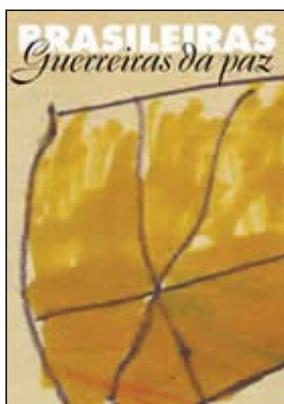
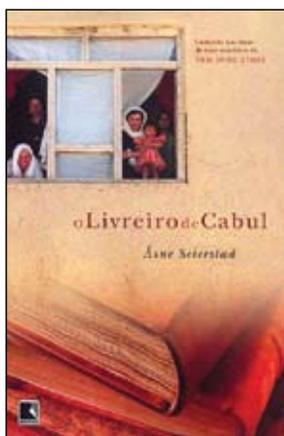
mulheres, pelo direito do voto feminino, pelos ideais abolicionistas, indianistas e nacionalistas. Tudo isso, numa época em que nascer mulher significava estar fadada a viver sob a égide do chefe da família – não importando se esse papel era exercido pelo pai, o irmão, o marido ou mesmo o filho, depois da maioridade. Chamar Nísia Floresta apenas de feminista é, no mínimo, desconhecer o seu verdadeiro papel nas grandes conquistas desta nação.

É claro que sua maior bandeira sempre foi a da defesa dos direitos das mulheres. Razão pela qual, a história de Nísia Floresta está intimamente ligada à história do

feminismo no Brasil. Mesmo sem ter influenciado diretamente no movimento – já que, em sua época, o termo “feminismo” sequer existia – ou no comportamento de suas sucessoras, ela deixou um legado que contribuiu decisivamente para a formação de uma nova consciência, menos preconceituosa e mais voltada para o verdadeiro valor da mulher.

A cidade em que a menina Dionísia nasceu tomou emprestado o pseudônimo da filha mais ilustre e, desde 1948, passou a se chamar Nísia Floresta. Uma justa homenagem que a escritora não viu, pois morreu em 1885, na Europa, longe do país que ajudou a desenvolver, mas onde escreveu livros em francês e em italiano, além de publicar traduções de suas primeiras obras, já consagradas no Brasil, deixando um legado de 15 livros, que abordam não apenas a situação da mulher no século XIX, mas das diversas causas que abraçou.

Segundo Constancia Lima Duarte, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, “o primeiro livro escrito por Nísia Floresta tem o sugestivo título de *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens* é também o primeiro de que se tem notícia no Brasil que trata dos direitos das mulheres à instrução e ao trabalho”.



Sugestões de Livros

PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**, UNESP, 2004.

SEIERSTAD, Asne. **O Livreiro de Cabul**, Record, 2006.

CNTE, **Gênero e Educação**, Série Cadernos de educação, nº 4. 1996.

LOPES, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação, uma perspectiva pós-estruturalista**, Ed. Vozes, CNTE.

VARGAS LLOSA, Mário. **Travessuras da menina má**, Ed. Alfabeta, 2006.

VIEIRA, Juçara. **Identidade Expropriada: retrato do educador brasileiro**, CNTE, 2004.

CODO, Wanderley; VASQUES, Ione. **Burnout: sofrimento psíquico dos trabalhadores em educação**, Cadernos saúde do trabalhador, CUT, 2000.

DELGADO, Didice e outras. **Mulheres na CUT: uma história de muitas faces**, Ed. CUT Brasil, 2006.

CHARF, Clara. **Brasileiras Guerreiras da Paz**. Ed. Contexto, 2006.

MENDES, J. C.; BECKER, S. Ana Flávia d'Oliveira e Lilia Blima Schraiber. In: Miriam Pillar Grossi; Luzinete Simões Minella; Rozeli Porto. (Org.). **Depoimentos: trinta anos de pesquisas feministas brasileira sobre violência**. 1 ed. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006.

Sugestões de Filmes

- Meninas
- As Horas
- Com Licença, Eu vou à Luta
- Caminhando nas Nuvens
- Mulheres do Brasil
- Volver
- Lili, a estrela do crime
- Ginger e Fred
- Menina Má
- O céu de Suely
- Fala, mulher!
- Babel

Sugestões de Sites

www.patriciagalvao.org.br
www.sof.org.br/marchamulheres
www.cut.org.br
www.cnte.org.br
www.soscorpo.org.br
www.redemulher.org.br
www.agende.org.br
www.cfemea.org.br
www.mulheresnegras.org.br
www.geledes.org.br
www.redesaude.org.br
www.ceert.org.br



INTERAGINDO

Sugestões de Atividades

Realize nas escolas, para a comunidade escolar, palestras sobre a violência doméstica e sexual, envolvendo setores da sociedade civil comprometidos com a eliminação de todas as formas de violência.

Promova debates com os profissionais da educação e comunidade escolar sobre a LEI MARIA DA PENHA, com distribuição de cartilhas informativas (disponíveis no site da CNTE).

Realize um paralelo de como era antes e depois da aprovação da LEI MARIA DA PENHA, discutindo seus avanços e limites, e qual sua contribuição para o combate à violência doméstica.

A partir do texto *Jovem, bonita, classe média e presa*, promova uma discussão com os alunos e as alunas, sobre os motivos que levam mulheres das várias classes sociais a se envolverem no tráfico de drogas.

Convide uma ex-presidiária a escola, para que ela relate sua experiência de vida no tráfico, na cadeia e as dificuldades enfrentadas na sociedade ao sair da prisão.

Peça aos alunos e alunas que pesquisem em sua família o dia-a-dia de uma mulher no trabalho doméstico e fora de casa, e como os demais membros da família podem contribuir na divisão das tarefas de casa, expondo em painéis depoimentos, recortes de jornais e revistas.

Leve os alunos e as alunas à reflexão sobre o sistema de cotas para estudantes afro-descendentes em universidades públicas brasileiras, destacando a importância do avanço de mulheres negras nas universidades.

Oriente os alunos e alunas a pesquisarem sobre mulheres que trabalham em redutos masculinos para complementar seus salários.

Estimule a realização de grupos de teatro na escola, abordando temas como: participação das mulheres no poder e na política; violência doméstica e sexual; discriminação racial e sexual.

Faça uma pesquisa dentro da sua escola sobre o perfil dos funcionários e sua qualificação. Monte um mural ilustrado com fotos com resultado da pesquisa.

Convide os funcionários de sua escola, como seguranças, merendeiras, secretária escolar, técnicos em multimeios, para um debate sobre condições de vida e trabalho.

Observe na sua escola que situações demonstram tratamento diferenciado para alunas e alunos, e proponha alternativas.

Sua escola é solidária? Monte um projeto com o alunado para mudar a realidade ao redor e envolva a comunidade nessa tarefa.

Identifique na sua comunidade mulheres que exercem o poder e faça um comparativo com a quantidade de homens.

Pesquise em jornais e revistas sobre mulheres que ocupam cargos de chefia no mundo do trabalho e promova um debate na comunidade escolar.

CALENDÁRIO

Essas são as datas e dias de luta das mulheres pró-igualdade de direitos

24

FEVEREIRO

Dia da conquista do voto feminino no Brasil.

8

MARÇO

Dia Internacional da Mulher.

21

Dia Internacional pelo Fim da Discriminação Racial.

8

ABRIL

Dia Mundial da Saúde.

27

Dia das Trabalhadoras Domésticas.

1

MAIO

Dia do Trabalho.

13

Dia de Denúncia contra o Racismo.

18

Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e adolescentes.

28

Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher.

5

JUNHO

Dia Mundial do Meio Ambiente

24

Fundado o *Jornal Movimento Feminino*, 1947

28

Dia Internacional do Orgulho Gay e Lésbico

25

JULHO

Dia da Mulher Afro-latino-americana e Afro-caribenha

9

AGOSTO

Sob a liderança de Berta Lutz é fundada a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, 1922

12

Dia Nacional de Luta contra a Impunidade (assassinato de Margarida Alves)

29

Dia da Visibilidade Lésbica no Brasil

6

SETEMBRO

Dia Internacional de Ação pela Igualdade da Mulher

7

Dia dos Direitos Cívicos das Mulheres

28

Dia Latino-americano de Discriminação do Aborto

10

OUTUBRO

Dia Nacional de Luta Contra a Violência à Mulher

15

Dia do(a) Professor(a)

28

Dia do(a) servidor(a) público(a)

20

NOVEMBRO

Dia Nacional da Consciência Negra

25

Dia Internacional da Não-violência contra a Mulher

1

DEZEMBRO

Dia Mundial de Luta contra a AIDS

10

Dia Mundial dos Direitos Humanos

Expediente

Diretoria Executiva
2005/2008

Juçara Maria Dutra Vieira (RS)
Presidente

Raquel Felau Gaisoni (SP)
Vice-Presidente

Maria Inez Camargos (MG)
Secretária de Finanças

Roberto Franklin de Leão (SP)
Secretário Geral

Fátima Aparecida da Silva (MS)
Secretária de Relações Internacionais

Heleno Araújo Filho (PE)
Secretário de Assuntos Educacionais

Marlei Fernandes de Carvalho (PR)
Secretária de Imprensa e Divulgação

Rui Oliveira (BA)
Secretário de Políticas Sindicais

Gilmar Soares Ferreira (MT)
Secretário de Formação

Marta Vanelli (SC)
Secretária de Organização

Raimunda Núbia Lopes da Silva (PI)
Secretária de Políticas Sociais

Odisséia Pinto de Carvalho (RJ)
Secretária de Relações de Gênero

Gesa Linhares Corrêa (RJ)
Secretária de Aposentados e Assuntos Previdenciários

Milton Canuto de Almeida (AL)
Secretário de Legislação

Rejane Silva de Oliveira (RS)
Secretária de Assuntos Jurídicos

Denilson Bento da Costa (DF)
Secretário de Projetos e Cooperação

Maria Valdecir Abreu de Paula (CE)
Secretária de Direitos Humanos

Joel de Almeida Santos (SE)
Secretário Adjunto de Assuntos Educacionais

Maria Antonieta da Trindade (PE)
Secretária Adjunta de Assuntos Educacionais

Neiva Inês Lazzarotto (RS)
Secretária Adjunta de Políticas Sindicais

Silvinia Pereira de Sousa Pires (TO)
Secretária Adjunta de Políticas Sindicais

Conselho Fiscal
Mário Sérgio Ferreira de Souza (PR)
Raimunda de Souza Gomes (AM)
Sérgio Martins da Cunha (SP)
Miguel Salustiano de Lima (RN)
Maria Madalena Alexandre Alcântara (ES)

Com licença poética

Adélia Prado

Quando nasci um anjo esbelto,
desses que tocam trombeta, anunciou:
vai carregar bandeira.

Cargo muito pesado pra mulher,
esta espécie ainda envergonhada.
Aceito os subterfúgios que me cabem,
sem precisar mentir.

Não sou tão feia que não possa casar,
acho o Rio de Janeiro uma beleza e
ora sim, ora não, creio em parto sem dor.
Mas o que sinto escrevo. Cumpro a sina.
Inauguro linhagens, fundo reinos
– dor não é amargura.

Minha tristeza não tem *pedigree*,
já a minha vontade de alegria,
sua raiz vai ao meu mil avô.
Vai ser coxo na vida é maldição pra homem.

Mulher é desdobrável. Eu sou.